



# Diário Oficial

Estado de Mato Grosso do Sul

ANO XXXV n. 8.580

CAMPO GRANDE-MS, QUINTA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2013

150 PÁGINAS

GOVERNADOR <b>ANDRÉ PUCCINELLI</b>	Secretário de Estado de Fazenda JADER RIEFFE JULIANELLI AFONSO	Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social TANIA MARA GARIB
Vice-Governadora SIMONE TEBET	Secretária de Estado de Administração THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS	Secretária de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS
Secretária de Estado de Governo SIMONE TEBET	Secretária de Estado de Educação MARIA NILENE BADECA DA COSTA	Secretário de Estado de Obras Públicas e de Transportes EDSON GIROTO
Secretário de Estado da Casa Civil OSMAR DOMINGUES JERONYMO	Secretário de Estado de Saúde/Interino ANTONIO LASTÓRIA	Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI
Secretário de Estado Extraordinário de Articulação, de Desenvolvimento Regional e dos Municípios NELSON TRAD FILHO	Secretário de Estado de Habitação e das Cidades CARLOS EDUARDO XAVIER MARUN	Secretária de Estado de Gestão de Recursos Humanos EVELYSE FERREIRA CRUZ OYADOMARI
Secretário de Estado Extraordinário da Juventude HERCULANO BORGES DANIEL	Secretário de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia CARLOS ALBERTO NEGREIROS SAID MENEZES	Procurador-Geral do Estado RAFAEL COLDIBELLI FRANCISCO

LEI Nº 4.454, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

## PARTE 01

*Aprova a segunda revisão do Plano Plurianual para o período de 2012/2015, e dá outras providências.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovada a Segunda Revisão do Plano Plurianual para o período de 2012/2015, na forma do disposto no § 1º do art. 160 da Constituição Estadual, contendo as diretrizes e as prioridades da administração pública estadual, para a realização das despesas de capital e de outras delas decorrentes e para os programas de duração continuada, conforme discriminado nos quadros anexos, integrantes desta Lei.

Art. 2º Os valores consignados para cada ação do Plano Plurianual são referenciais e não constituem limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais.

Art. 3º A exclusão ou a alteração das informações constantes desta Lei ou a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou mediante leis específicas.

Art. 4º A estrutura de programas e de ações deste Plano será observada nas leis orçamentárias anuais e em seus créditos adicionais, e nas leis que as modificarem.

Art. 5º As metas e os valores anuais aprovados por esta Lei serão reavaliados e atualizados, adotando-se os critérios fixados nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamentos Anuais e demais legislações pertinentes, editadas durante o período de sua vigência, podendo ser antecipados ou postergados em decorrência do fluxo de ingresso da receita, visando a buscar o equilíbrio financeiro estabelecido na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 6º O Plano Plurianual para o período 2012/2015 poderá ser alterado mediante abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares, conforme autorização concedida por lei, ficando as modificações automaticamente incorporadas na forma do detalhamento constante do respectivo ato.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Campo Grande, 18 de dezembro de 2013.

ANDRÉ PUCCINELLI  
Governador do Estado

CARLOS ALBERTO NEGREIROS SAID MENEZES  
Secretário de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia

## 1 – INTRODUÇÃO

O atual Governo implantou uma gestão saneadora das finanças públicas com o objetivo de recuperar a capacidade de investimento do setor público em áreas estratégicas para o desenvolvimento e a integração social.

Diante das dificuldades financeiras encontradas, as primeiras medidas visavam a dotar a administração pública estadual de uma gestão que assegurasse o restabelecimento do equilíbrio fiscal e financeiro, criando condições para que o Estado pudesse honrar seus compromissos e garantir os meios para a superação das dificuldades.

As primeiras decisões tomadas, quando esta administração assumiu o Governo em 2007, foram: a implantação de medidas que assegurassem o saneamento das contas públicas que operavam com um déficit mensal superior a R\$ 30 milhões; o pagamento dos salários atrasados dos servidores públicos estaduais; a quitação de parcela da dívida fundada em atraso e o pagamento de dívidas referentes à transferência de ICMS aos municípios relativos ao mês de dezembro de 2006. Além disso, foi priorizado o enfrentamento para a superação das questões sanitárias que afetavam o setor agropecuário, tendo sido recuperada a condição do Estado de área livre de febre aftosa com vacinação.

As ações de reestruturação fiscal foram fundamentais para que o Estado alcançasse solidez fiscal nos exercícios financeiros de 2007 e 2008, período em que o superávit primário acumulado correspondia ao dobro do serviço da dívida, esforço esse que foi importante para que superássemos as dificuldades ocorridas em 2009 por conta da crise financeira internacional, afetando o desempenho da receita.

A suficiência financeira acumulada em 2007 e em 2008 foi providencial para compensar o baixo desempenho da arrecadação no exercício de 2009. Esse fato veio a corroborar o disposto no parágrafo 5º da nona revisão do Programa de Ajuste Fiscal, que previa: "Nesse contexto, pelos critérios utilizados no Programa (caixa para as receitas, competência para as despesas), a avaliação da execução orçamentária de 2009 e anos seguintes pôde revelar deficiências financeiras, as quais foram cobertas por essa reserva de recursos."

Em relação ao desempenho das receitas próprias, contrariando o desempenho positivo de anos anteriores, o ICMS em 2009 sofreu redução nominal de 1,8% e real de 7,24% em relação ao ano anterior (com valores deflacionados pelo IPCA), queda esta ocasionada principalmente pelo desempenho do setor de gás natural. A arrecadação desse setor, que, em 2008 havia contribuído com 20,6% do total do imposto, em 2009 registrou perdas de R\$ 327,3 milhões. Essas perdas foram causadas por fatores como a queda de demanda em razão da crise financeira internacional e da apreciação cambial do real no decorrer do ano.

A gestão orçamentária e financeira conduzida no período de 2007 a 2010 sempre foi realizada com a preocupação de adequar as despesas ao montante das receitas próprias e de transferências, trabalhando com equilíbrio e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos, fazendo os ajustes necessários de forma que se garantisse o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, mantendo os gastos com pessoal sempre abaixo de 60% da receita corrente líquida e, em todos os anos, foram alcançado o superávit primário, conforme apresentado no quadro da gestão orçamentária a seguir:

## QUADRO – 01

GESTÃO DO FLUXO DE RECEITAS E DESPESAS 2007/2010 (Em R\$ milhões)				
Discriminação	2007	2008	2009	2010
I - RECEITA BRUTA	4.741	5.798	5.702	6.240
FPE	512	625	603	650
ICMS	3.372	4.100	4.028	4.398
Outras	858	1.073	1.071	1.192
II - DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	956	1.155	1.122	1.259
III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)	3.785	4.643	4.580	4.981

IV- DESPESA NÃO FINANCEIRA	2.976	3.769	4.122	4.768
Pessoal	2.117	2.218	2.585	2.998
Investimentos	113	491	344	536
Outras Despesas Correntes	717	1.017	1.087	1.118
Sentenças Judiciais	22	30	74	106
Inversões	-	13	31	10
<b>V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)</b>	<b>809</b>	<b>874</b>	<b>458</b>	<b>213</b>
VI- Serviços da dívida (líquido devido)	484	408	573	547
VII- Fontes de Financiamento	1	33	34	128
<b>VIII - ATRASOS/ DEFICIÊNCIA (VI - VII - V)</b>	<b>-327</b>	<b>-500</b>	<b>-81</b>	<b>206</b>

Fonte: Auditoria-Geral do Estado de MS

As suficiências financeiras acumuladas ao longo dos exercícios de 2007 e 2008, de R\$ 827 milhões, vêm sendo utilizadas como fonte própria de financiamento para a execução de despesas nos exercícios seguintes. Assim, nos exercícios de 2009 e 2010 foram geradas, respectivamente, deficiências financeiras de R\$ 81 milhões e R\$ 206 milhões, que foram cobertas pelos superávits de exercícios anteriores. Se considerada apenas a execução orçamentária do período 2007-2010 (sem considerar as disponibilidades financeiras de início do período), a suficiência acumulada nesse período atinge o montante de R\$ 540 milhões.

Assegurando o equilíbrio na gestão financeira das contas públicas do Tesouro do Estado, o Governo estabelece as condições mínimas para o cumprimento dos investimentos de outras atividades previstas no seu plano das 15 metas, garante o atendimento em dia das obrigações constitucionais, de transferências aos municípios e aos outros poderes, bem como o pagamento pontual dos salários aos servidores públicos estaduais.

A primeira gestão do atual Governo (2007/2010) foi marcada pelo estabelecimento de metas a serem perseguidas nas diversas áreas de atuação da administração pública estadual, com o lançamento de obras e decisões para a implementação das ações, sempre assegurando as condições de início e o fim, dentro do planejado e da capacidade e disponibilidade financeira, sem o risco da existência de obras inacabadas.

Como forma de resgatar a confiança dos agentes econômicos e da população sul-mato-grossense, o Governo do Estado implementou um conjunto de ações previstas no PPA 2008/2011, que, além de dar dignidade principalmente às populações mais necessitadas, credencia o Estado a receber grandes investimentos dos setores produtivos que colocam Mato Grosso do Sul no caminho do desenvolvimento.

Os investimentos executados na primeira gestão da atual administração concentraram-se na viabilização de projetos estruturantes, voltados à atração de novos investimentos do setor privado, sem descuidar das demandas de redução do déficit habitacional, da ampliação da rede de saneamento, e da melhoria das ações de saúde, segurança e educação.

Com o objetivo de retomar o desenvolvimento e melhorar as condições de vida da população sul-mato-grossense; garantindo o escoamento da produção agropecuária, a retomada dos investimentos e a contínua geração de empregos, no PPA 2008/2011, as principais realizações foram:

Na área da logística de apoio ao setor de transportes, foram pavimentados 509 km de rodovias, representando 7,5% de tudo o que havia sido pavimentado desde a criação do Estado, realizou-se também a manutenção do pavimento de aproximadamente 3.800 km e conservados 9.750 km de estradas da produção não pavimentadas; foram reformadas e construídas mais de 680 pontes de madeiras e construídas 41 pontes de concreto, totalizando investimentos da ordem de R\$ 842 milhões;

1. Na área da habitação foram, construídas 44.637 unidades habitacionais, com investimentos de R\$ 752 milhões, beneficiando diretamente aproximadamente 180 mil pessoas, que representa o expressivo número de 31 casas entregues por dia;
2. É prioridade maior deste Governo, garantir a segurança da população. Para isto, foram adquiridas e entregues 1.046 novas viaturas e realizados concursos públicos para a contratação de 2.649 novos policiais, incorporados nas polícias civil e militar e no corpo de bombeiros;
3. Na área da saúde foram construídas, reformadas e ampliadas unidades regionais de especialidades em Aquidauana, Ponta Porã e Nova Andradina, bem como os hospitais de Coxim, Chapadão do Sul, Nova Andradina e Fátima do Sul. Em Campo Grande foram executadas obras de modernização das instalações do Hospital Regional Rosa Pedrossian;
4. No setor da educação pública foram construídas 15 escolas novas, sendo 11 escolas em aldeias indígenas. Também foram construídos três centros de educação profissional, reformadas e ampliadas 291 escolas, que ganharam quadras cobertas, bibliotecas e salas de tecnologia;
5. Na área de cidadania e ação social foram beneficiadas mais de 100 mil famílias que se encontravam em estado de necessidade. Os programas vale-renda, vale-universidade, vale universidade indígena e nutrição indígena levaram benefícios a mais de 300 mil pessoas;

6. No setor de saneamento básico, o Governo tomou a decisão estratégica de concentrar recursos na melhoria dos sistemas de captação e de distribuição de água potável e, principalmente, na ampliação da rede de coleta e tratamento de esgoto, tendo sido aplicados R\$ 420 milhões nesse setor na gestão 2007-2010.

Esse conjunto de obras do Governo do Estado, somadas às políticas de incentivos aos investimentos do setor privado, possibilitou que Mato Grosso do Sul retomasse seu ritmo de crescimento, com o surgimento e expansão de novos negócios, como no setor sucroalcooleiro, na indústria de papel e celulose, no setor siderúrgico e nas atividades da lavoura da cana de açúcar, que passou de uma produção de 12 milhões de toneladas, em 2006, para 37,7 milhões de toneladas em 2010. O setor de floresta ampliou sua área plantada de 147,8 mil hectares, em 2006, para aproximadamente, 400 mil hectares em 2010.

A retomada dos investimentos tanto do setor público e, principalmente, do setor privado, possibilitou que o conjunto da economia estadual saísse de um PIB avaliado em R\$ 24,3 bilhões em 2006 para aproximadamente R\$ 40,8 bilhões em 2010, o que contribuiu para a criação de 63 mil novos empregos e para o aumento da receita estadual de ICMS, que passou de R\$ 2,9 bilhões em 2006, para R\$ 4,4 bilhões em 2010. Também o setor exportador da economia passou por um período favorável, saindo de U\$ 1,0 bilhão exportado em 2006 para U\$ 2,9 bilhões em 2010.

A concepção do PPA 2012/2015, objeto deste documento, incorpora a visão progressista de forma equilibrada como na primeira gestão da atual Administração, comprometida com a cidadania da população e com a continuidade dos investimentos estruturantes de responsabilidade do Governo. Pretende, também, continuar pavimentando os caminhos para o avanço do setor privado, trabalhando para que o Estado continue sendo referência nacional como opção de novos negócios dos setores produtivos e na geração de empregos.

Nesta segunda gestão, a Administração Estadual pretende dar prosseguimento aos investimentos estruturantes já programados no MS Forte, lançado em outubro de 2009, como forma de garantir que Mato Grosso do Sul continue em pleno desenvolvimento. Tem também, como compromisso, a priorização de ações de cidadania e de integração social.

A fim de desenvolver ações para a humanização do progresso, o Governo Estadual tem por objetivo ampliar e assegurar oportunidades aos trabalhadores, garantir maior produtividade e competitividade aos setores produtivos de Mato Grosso do Sul, construir um Estado com economia ambientalmente sustentável, assegurando paz e segurança à população.

Os principais desafios da atual Administração estão voltados para colocar Mato Grosso do Sul lado a lado com os Estados mais desenvolvidos da federação, implantando políticas que consolidem o seu desenvolvimento; recuperando a capacidade de investimentos do Poder Público, e principalmente, estabelecendo as bases para a expansão dos investimentos privados de forma duradora, dentro do compromisso da sustentabilidade e da integração social, com apoio emergencial aos mais necessitados e a geração de emprego, criando os meios para a sustentabilidade e a autoestima do trabalhador sul-mato-grossense.

Desde o início do primeiro período de Governo, tem sido uma constante a preocupação com a gestão da coisa pública, com a integridade física e patrimonial do cidadão, com o combate implacável às ações de criminalidade, e com a vigilância permanente nas fronteiras, visando ao combate às atividades ilícitas.

Os maiores desafios deste segundo mandato estão sendo enfrentados com ações que objetivam consolidar e expandir as conquistas já asseguradas, continuar a busca da redução das desigualdades observadas entre as camadas da população e diminuir as disparidades regionais, levando o progresso e as ações dos programas sociais para todas as regiões do Estado.

## Macrodesafios

Este PPA - 2012/2015 incorpora as ações contidas no plano de 15 metas expressando o compromisso de Governo de manter o Estado em pleno desenvolvimento superando os macrodesafios descritos a seguir:

### 1. Desenvolvimento Sustentável e Regionalização

Consolidar o processo de desenvolvimento sustentável, fortalecendo as políticas econômicas, ampliando sua integração com as ações de conservação ambiental; promover e apoiar as iniciativas de desenvolvimento local e regional visando a enfrentar os desequilíbrios entre as diversas regiões do Estado, inserindo suas comunidades nos processos produtivos; dar continuidade à modernização da gestão ambiental, nas ações de controle, de conservação e de educação ambiental.

### 2. Cidadania e Bem-Estar Social

Modernizar e qualificar as redes físicas e estruturais dos sistemas; aprimorar o acesso universal respeitando a diversidade social aos serviços de educação, saúde, previdência e assistência Social, e segurança pública; ampliar o acesso com equidade e qualidade ao trabalho decente, à cultura, ao Esporte, ao lazer, ao ensino tecnológico e superior, à educação para a cidadania, aos direitos Humanos e ao meio ambiente; garantir o atendimento das famílias necessitadas pelos programas de redistribuição de renda.

### 3. Infraestrutura, Habitação e Desenvolvimento Urbano

Ampliar e promover a manutenção permanente da malha rodoviária estadual; promover a intermodalidade do sistema de transporte, com a recuperação e a construção da malha ferroviária, a modernização e a construção de aeroportos e o fortalecimento das hidrovias e dos portos fluviais; Garantir a oferta de energia elétrica, implantando matriz equilibrada e estimulando a instalação de plantas geradoras de energia renovável e de biocombustíveis; manter e ampliar os programas de produção de habitações de interesse social, estendendo-os às zonas rurais, comunidades indígenas, aos quilombos e outros; apoiar o desenvolvimento das cidades com ações de qualificação das infra-

truturas urbanas, de aumento de efetividade das gestões municipais e de planejamento urbano.

#### 4. Produção, Economia e Competitividade

Consolidar e fortalecer as cadeias produtivas do Estado, em especial às do agronegócio, da minerosiderurgia, das florestas plantadas, da energia renovável, dos biocombustíveis e do turismo. Estimular a instalação de empresas com processos produtivos sustentáveis, ecológicos e inovadores. Apoiar a expansão e consolidação de sistemas produtivos locais e regionais, tais como Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS); implementar política de ajustes tributários e inteligência fiscal que estimule a instalação de novas empresas e o crescimento das que estão implantadas, bem assim a movimentação das suas contribuições no desenvolvimento econômico estadual; implantar programas de estímulo à pesquisa científica, à inovação tecnológica e à permanente capacitação e atualização da força de trabalho estadual.

#### 5. Gestão Pública

Qualificar mediante o aumento de eficiência e a humanização do atendimento, a prestação de serviços públicos estaduais em todas as suas áreas, valorizando a ética no serviço público e o servidor com constante qualificação, capacitação, melhoria no ambiente de trabalho, planos de carreiras e aumento real de remuneração. A melhoria na gestão dos interesses públicos deverá ser perseguida por meio de uma política de qualificação dos servidores públicos, melhor controle na aplicação dos recursos, ampliação da participação da sociedade na definição das prioridades, modernização dos órgãos de controle e descentralização da prestação de serviços ao cidadão sul-mato-grossense.

## 2 - CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO

Estado de Mato Grosso do Sul vem alcançando um acelerado crescimento de sua economia, e significativos avanços na infraestrutura logística, com a modernização e ampliação de sua malha viária; melhoria na estrutura de produção e de transmissão de energia elétrica, maior qualificação na prestação dos serviços públicos, aumento da geração de emprego, ampliação dos programas sociais e aceleração da execução dos projetos habitacionais para a construção de casas destinadas ao atendimento das camadas mais carentes da população.

A execução das ações previstas no plano de metas da gestão que foi concluída, durante o período de 2007 a 2010, recoloca Mato Grosso do Sul no eixo dos grandes investimentos, e com isso o Estado retoma do seu desenvolvimento a partir de 2007, o que vem transformando sua base econômica, multiplicando a geração de emprego bem como agregando valor às riquezas locais.

Desde sua implantação em 1979, o Estado fundamentou sua formação econômica, potencializando os seus recursos naturais, principalmente os seus solos agricultáveis, apostando na ampliação e modernização da produção agropecuária, centrada nas culturas de grãos e na pecuária bovina de corte, a partir do início dos anos da década de noventa atraiu investimentos nos setores da avicultura, da suinocultura de corte, beneficiamento de grãos e indústrias nas áreas de carne e leite, etc.

Tendo o seu território localizado no Centro-Oeste brasileiro, região de forte tradição na agropecuária extensiva, o Mato Grosso do Sul se beneficiou com o avanço da mecanização ocorrida nas últimas quatro décadas, as novas fronteiras agrícolas se consolidam e ganham maior capacidade de inserção, passando a despertar o interesse de outros setores da iniciativa privada.

Desde a estabilização da economia brasileira, que se inicia a partir de 1994, passa a ocorrer no cenário nacional um avanço no processo da desconcentração industrial com o deslocamento de plantas industriais principalmente de São Paulo e da região sul do Brasil, que buscam outras regiões diante uma nova visão estratégica do setor, atraído por vantagens regionais como; abundância de matéria prima, benefícios fiscais, configuração de novos eixos logísticos, etc.

Diante desta nova dinâmica, e da necessidade de apoiar a diversificação da sua economia, criando novas oportunidades de negócios; o Governo do Estado vem discutindo, nos últimos anos, juntamente com os setores organizados da iniciativa privada e da sociedade, a construção das condições necessárias para dotar Mato Grosso do Sul dos meios que o classifiquem como uma das melhores oportunidades para investimentos produtivos dentro da federação.

Desde 2007 este Governo vem implantando um conjunto de ações comprometidas em inserir Mato Grosso do Sul nessa dinâmica, iniciando pela sua organização da gestão orçamentária e financeira na busca do equilíbrio das finanças públicas, recuperando a capacidade de investimento do setor público estadual, apresentando projetos que inserisse o Estado no Programa Nacional de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, elaborando e pondo em prática a programa MS Forte visando, principalmente, a modernização da malha viária, com a pavimentação prevista de aproximadamente 756 km de rodovias além dos mais de 500 km já pavimentados no período de 2007 a 2010.

Ainda na linha do desenvolvimento e da criação de oportunidades para a nossa população, o Governo vem executando, em parceria com a iniciativa privada e as organizações de classes, cursos técnicos de formação e de qualificação de mão de obra, para atender as novas demandas, adequando às políticas públicas, com apoio dos incentivos fiscais, comprometidas com os setores prioritários e estratégicos, para acelerar a diversificação da base econômica, a modernização das estruturas de apoio às políticas ambientais, à atualização e à revisão da legislação voltada ao meio ambiente dando celeridade na análise das licenças ambientais.

Num esforço conjunto entre os órgãos estaduais e as instituições parceiras, vem se acelerando a aplicação de outros instrumentos e estratégias de apoio e estímulo aos empreendedores, melhorando e agilizando o atendimento aos investidores que buscam recursos do FCO, ampliando e diversificando a carteira de investimentos nos diversos setores empresariais, e apoiando novos negócios em todos os municípios do Estado. Também como estratégia para encurtar distâncias, reduzir o custo de transporte da pro-

dução e possibilitar a integração intermodal da logística de transporte, já está em ação a implementação de esforços para viabilizar a construção de novos eixos logísticos como, a ferroviária Ferronorte que interligará Maracaju, Dourados, Mundo Novo ao porto de Paranaguá no Paraná, a ferrovia do Pantanal que ligará Porto Murtinho na fronteira com o Paraguai a Panorama/SP, a federalização e a pavimentação da rodovia MS-040 que liga Campo Grande a Panorama/SP, passando por Santa Rita e Brasilândia, além de buscar com a Petrobras a construção do poliduto para o transporte do etanol produzido no Estado, possibilitando também a importação de derivado de petróleo com menor custo para Mato Grosso do Sul.

Como fruto desse conjunto de ações que se apresenta na forma de infraestrutura e instrumentos de apoio; incentivos fiscais e fontes de financiamento, qualificação do capital humano e legislação atualizada, Mato Grosso do Sul já vem sendo impactado por uma significativa expansão de novas atividades, como papel e celulose, siderurgia, florestamento, indústria sucroalcooleira, produção de cana de açúcar, biodiesel e energia elétrica advinda de usinas termoeletricas a gás, cogeração e pequenas centrais hidroelétricas.

No setor do turismo as ações tem o compromisso de valorizar as riquezas naturais, divulgando e potencializando as oportunidades que o Estado apresenta nesse segmento, aonde vem sendo desenvolvidas ações práticas como: a implantação do trem de passageiro para o Pantanal, a construção do Centro de Pesquisa em Biodiversidade Aquática Pantaneira - **AQUÁRIO DO PANTANAL**, o Parque dos Ervais, as Estradas Parque, as Rotas Turísticas e as Paradas Legais.

O resultado de todo esse cenário de progresso reflete no crescimento da economia a uma taxa na casa dos 6,0% ao ano; elevação na taxa de geração de emprego, tendo só em 2010 registrado, segundo o CAGED, a contratação com carteira assinada de aproximadamente 28.000 trabalhadores, já nos últimos quatro anos, 2007 a 2010, foram contratados 63.000 trabalhadores com carteira assinada. Por outro lado, a melhoria na gestão das finanças públicas vem possibilitando o atendimento pelos programas sociais de mais de 100 mil famílias que se integram no mercado de renda e de consumo.

Dentro do imenso espaço geográfico brasileiro, o território de Mato Grosso do Sul esta localizado em uma posição estratégica, abraçado por duas grandes bacias hidrográficas formadas pelos rios Paraná e Paraguai, que mostram a riqueza do solo sul-mato-grossense, que além da sua fertilidade, aponta também para grandes possibilidades de integração por meio hidroviário com estados e países vizinhos.

Com uma extensão territorial de 357 mil km<sup>2</sup>, e constituído por 78 municípios, onde estão distribuídos seus 2.449.024 habitantes; o Estado faz divisa com cinco estados da federação, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso em uma extensão 2.192 km, também faz fronteira com dois países, a República do Paraguai e a República da Bolívia, em uma extensão de 1.520 km, sendo 724 km de linha seca.

Politicamente integrado à região Centro-Oeste, o território estadual guarda toda uma simetria história da ocupação econômica, a qual foi desbravada pelas grandes fazendas de pecuária bovina que mais tarde sofre um grande impacto com a expansão em áreas de cerrado das grandes lavouras mecanizadas que introduz e incorpora novas tecnologias, dando um ar de modernidade às atividades rurais do campo, passando a produzir em escala comercial.

TABELA - 01

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NA ATIVIDADE INDUSTRIAL - 1995/2009						
UF	ANO	1995	1999	2003	2007	2009
Distrito Federal		118.099	140.938	132.221	142.163	158.635
Goiás		373.347	417.045	558.084	698.214	778.511
Mato Grosso do Sul		142.707	135.016	236.500	246.307	277.561
Mato Grosso		179.917	187.810	239.523	289.018	284.508
<b>TOTAL</b>		<b>814.070</b>	<b>880.809</b>	<b>1.166.328</b>	<b>1.375.702</b>	<b>1.499.215</b>

Fonte: PNAD

Embora Mato Grosso do Sul guarde historicamente as mesmas características da formação econômica da região Centro-Oeste, mantém fortes relações econômicas principalmente com São Paulo e Paraná, mercados que são destinos de boa parte da produção sul-mato-grossense e os principais fornecedores das nossas demandas, contudo, é no setor empresarial que essas relações exercem grande influencia na sua economia, tendo em vista que este Estado tem recebido, nos últimos anos, grandes investimentos com capital paulista ou paranaense direcionado ao setor agroindustrial, que vem ajudando a mudar o perfil da sua economia.

Atraídos pela grande oferta e imenso potencial de expansão da produção de matérias primas básicas da agroindústria como; grãos, carnes, madeira e cana de açúcar, o capital industrial que até poucos anos estava concentrado nas regiões sudeste e sul do Brasil passa a se deslocar, a cada ano, com maior velocidade em direção ao Centro-Oeste.

A expansão do avanço desse movimento de integração do setor produtivo agropecuário com a agroindústria na economia sul-mato-grossense está alicerçada não só na oferta de matérias primas, mas, sobretudo, na modernização e na expansão de novos eixos logísticos de apoio ao setor produtivo com destaque para a produção e distribuição de energia elétrica, gás natural para a indústria, e rede ferroviária e hidroelétrica integradas principalmente na bacia do Rio Paraná; ampliação, modernização e duplicação das principais rodovias troncais que cortam o Estado, facilitando o acesso aos grandes mercados nacionais e aos portos de Santos e Paranaguá com menor custo e maior eficiência nos transportes.

TABELA – 02

PERFIL DAS RELAÇÕES COMERCIAIS DOS ESTADOS DO CENTRO-OESTE COM OS PAÍSES DO MERCOSUL				
Estados	Principais Produtos Exportados Pelos Estados do Centro - Oeste Dentro do MERCOSUL		Principais Produtos Importados Pelos Estados do Centro - Oeste Dentro do MERCOSUL	
	Produtos	Valor (U\$)	Produtos	Valor (U\$)
Distrito Federal	Medicamentos	840.480,00	Medicamentos	7.435.908,00
	Maquinas e Equipamentos	280.819,00	Frutas	2.216.078,00
	Componentes Elétricos e Eletrônicos	52.671,00	Produtos Alimentícios	2.150.247,00
	Calçados	36.854,00	Trigo	1.857.176,00
	Outros Produtos	57.464,00	Outros Produtos	8.142.663,00
	<b>Total de Exportações</b>	<b>1.268.288,00</b>	<b>Total de Importações</b>	<b>21.802.072,00</b>
Goiás	Veículos e Peças de Veículos	32.929.487,00	Polímeros e Produtos Plásticos	17.015.053,00
	Energia Elétrica	6.862.087,00	Grãos	8.809.784,00
	Azubos	13.095.576,00	Madeira	7.771.016,00
	Tomates	4.461.108,00	Máquinas e Equipamentos	6.276.118,00
	Outros Produtos	18.454.461,00	Outros Produtos	29.079.771,00
	<b>Total de Exportações</b>	<b>75.802.719,00</b>	<b>Total de Importações</b>	<b>68.951.742,00</b>
Mato Grosso	Algodão	7.789.856,00	Máquinas e Equipamentos	15.699.333,00
	Óleos Vegetais	2.408.137,00	Equip. Elétricos e Eletrônicos	8.372.218,00
	Madeira	2.749.957,00	Polímeros e Produtos Plásticos	2.596.012,00
	Azubos	1.855.386,00	Trigo	1.992.286,00
	Outros Produtos	2.443.114,00	Outros Produtos	6.163.861,00
	<b>Total de Exportações</b>	<b>17.236.450,00</b>	<b>Total de Importações</b>	<b>34.823.710,00</b>
Mato Grosso do Sul	Produtos Minerais	286.369.390,00	Carne	77.297.312,00
	Açúcar	19.145.423,00	Malte	15.785.663,00
	Carnes	18.607.530,00	Batata	15.001.375,00
	Sementes	3.393.948,00	Trigo	11.544.253,00
	Outros Produtos	18.777.225,00	Outros Produtos	48.305.948,00
	<b>Total de Exportações</b>	<b>346.293.516,00</b>	<b>Total de Importações</b>	<b>167.934.551,00</b>

Fonte: MIDIC/SECEX – BDE/MS

Ainda como entes de integração com reflexos no desenvolvimento do Centro-Oeste aparecem os países do MERCOSUL e demais países vizinhos; notadamente a Bolívia, são mercados a serem explorados como potenciais consumidores principalmente de produtos manufaturados, mas também é observado o crescimento das importações, principalmente de países do MERCOSUL com destaque para, medicamentos, produtos plásticos, carnes, máquinas e equipamentos e produtos agrícolas.

As principais vias de ligação de Mato Grosso do Sul e da região Centro-Oeste com aqueles países ocorrem, principalmente, por meio de ramal ferroviário da América Latina Logística (ALL) e da rodovia BR-262, que fazem a ligação até a fronteira com a Bolívia se integrando com o porto de Corumbá, dando acesso à hidrovia do Rio Paraguai. Também se destacam com vias de ligação os portos de Cáceres no vizinho Estado de Mato Grosso e do Porto Murtinho na fronteira com a República do Paraguai, por meio dos quais é realizada grande parte da movimentação de carga entre a Região Centro-Oeste e os portos da Argentina, do Uruguai e da Bolívia, utilizando o leito da hidrovia Paraná/Paraguai.

Dentro desse cenário de oportunidades, com a movimentação de capital e o reposicionamento de plantas industriais, do crescimento da demanda por serviços e capital humano qualificado com real capacidade de competir e se integrar em um mercado que exige cada vez mais qualidade, sustentabilidade ambiental e elevado padrão tecnológico, sem esquecer o desenvolvimento humano, é que Mato Grosso do Sul precisa estar preparado para aproveitar as oportunidades, criando condições para se apresentar diante do mercado como terra de oportunidades e atrativos com vantagens comparativas em relação aos demais Estados do Centro-Oeste e do Norte.

Tendo como compromisso a busca permanente do desenvolvimento econômico e social do Estado, o governo estadual trabalha com a visão de ampliar o nível de integração e de diversificação dos setores econômicos e a modernização da infraestrutura de apoio às atividades produtivas, visando a garantir o avanço dos investimentos produtivo pelo setor privado, ampliando assim a pauta de produtos a ser ofertados pela economia estadual no mercado interno e para exportação.

Como forma de garantir o alcance desses objetivos, este Governo já estabeleceu o seu plano de metas para o quadriênio 2011 a 2014, visando a assegurar as condições para que o Estado continue a despontar no cenário nacional como alternativa para os investidores, ampliando a sua capacidade de integração com os estados e países vizinhos, assegurando com isso a construção das condições necessárias para o desenvolvimento humano, garantindo os meios necessários para a geração de emprego, renda, saúde, educação, segurança e habitação digna aos sul-mato-grossenses.

A execução das ações previstas para o alcance das metas aqui estabelecidas serão realizadas em consonância com os programas estruturantes que norteiam o planejamento de médio prazo do Governo do Estado, que estão estabelecidos no Plano Plurianual (PPA), que será o instrumento balizador da programação orçamentária governamental de Mato Grosso do Sul no período de 2012 a 2015.

### 3 - APRESENTAÇÃO DO PLANO

O Plano Plurianual (PPA) tem como finalidade; o estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual, tendo como base um conjunto de programas e subprogramas de forma regionalizada. O PPA 2012/2015 é um instrumento de planejamento de médio prazo, instituído pela Constituição Federal de 1988, a ser

observado na elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentárias Anuais.

A elaboração do PPA 2012/2015 está concebida por programas, desmembrados em projetos e ações de governo e deverá guardar compatibilidade com os planos estratégicos de desenvolvimento estadual, regionais e nacional.

Os programas aqui apresentados foram concebidos levando em consideração a efetividade das ações de governo, a sua capacidade financeira e gerencial e o potencial socioeconômico do Estado. Cada um destes programas possui um órgão responsável, prazos, metas e estimativa de custos, sendo monitorado e avaliado sistematicamente.

As ações definidas e que serão desenvolvidas dentro do conjunto de programas estabelecidos no PPA 2012/2015 tem por função viabilizar a execução do planejamento estabelecido pelo Governo Estadual, para o período correspondente, como forma de assegurar melhores condições para que Mato Grosso do Sul amplie sua capacidade de inserção e competitividade em relação às outras unidades da federação, e nas suas relações com o comércio exterior, refletindo diretamente no avanço de suas condições para atrair novos negócios, ampliando sua capacidade de produção e de geração de emprego com ganho de qualidade de vida para a população sul-mato-grossense.

O ganho de maior competitividade passa pelo desenvolvimento de formas inteligentes de articulação com todos os parceiros para a busca dos diversos objetivos econômicos, sociais, ambientais e culturais, procurando uma maior integração entre todas as esferas de governo, como forma de nivelar as ações, visando a obter melhores resultados na aplicação dos recursos públicos, evitando a sobreposição de ações por meio da interação e da colaboração entre os diversos setores que participam da construção social destes objetivos.

No que diz respeito à infraestrutura do Estado, existe ações bem adiantadas na expansão do sistema de transmissão de energia e para aumento do potencial de geração termoeletrica e de energia a partir da biomassa. Em conjunto com a Petrobras e o Governo Federal articula-se a implantação do Poliduto, que permitirá escoar a produção de etanol do Estado pelo Porto de Paranaguá, reduzindo consideravelmente o custo do produto.

Mesmo diante dos avanços já conquistados no processo de modernização de algumas áreas da estrutura logística, da qualificação dos trabalhadores, realizada atendendo as demandas do mercado, bem como a adequação dos instrumentos fiscais de incentivos é necessário continuar perseguindo o aperfeiçoamento das nossas condições em busca da consolidação do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, e para isso é fundamental a persistência na congregação de esforços dos Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal, da iniciativa privada e dos setores organizados da sociedade sul-mato-grossense.

Esse desafio exigirá muito esforço da administração pública estadual, que precisará aumentar sua eficiência, eficácia e efetividade. Para tanto, o Estado se coloca como parceiro na segunda fase do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), estruturando um sistema de apoio à tomada de decisões que dará maior suporte e segurança aos gestores públicos estaduais.

**4 - O PLANO PLURIANUAL 2012-2015.**

O Ministério da Integração Nacional elaborou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PEDCO) (2007-2020) que estão subsidiando, juntamente com os demais planos estratégicos estaduais, devidamente atualizados, sendo também referência básica para a construção do planejamento estratégico de Mato Grosso do Sul, por entendermos que o alinhamento facilitará as articulações para obtenção de recursos federais para projetos de interesse do Estado e permitirá uma maior efetividade das políticas públicas estaduais e federais voltadas para o desenvolvimento regional.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional é parte indissociável da estratégia de desenvolvimento do País e expressão da prioridade que é dada ao tema na agenda nacional de desenvolvimento. A Constituição de 1988 já determinava a redução das desigualdades regionais como um dos eixos da estratégia de desenvolvimento nacional, o foco da PNDR são as profundas desigualdades de nível de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre regiões do País. A matéria prima da Política é o imenso potencial de desenvolvimento contido na diversidade econômica, social, cultural e ambiental que caracteriza o Brasil.

Tanto a PNDR quanto o PEDCO foram elaborados com ampla participação de representantes do governo estadual, das universidades, dos empresários, das organizações não governamentais, enfim, da população de Mato Grosso do Sul, expressando, portanto, os reais interesses da comunidade local.

“Fazer de Mato Grosso do Sul um Estado mais competitivo com desenvolvimento sustentável e menos desigual nas suas regiões” é a ideia-síntese da atual Gestão, que se expressa no PPA 2012/2015 no âmbito do Poder Executivo, por meio das seguintes diretrizes:

1. Implantação de Programas Multissetoriais Integrados, visando a potencializar o uso da estrutura técnica e administrativa do Governo Estadual e a racionalizar o uso de recursos financeiros.
2. Desenvolvimento das políticas públicas baseado em ações regionais, visando a enfrentar desigualdades entre regiões, melhor distribuir bens e estruturas e propiciar às comunidades acessos aos serviços públicos.
3. Estabelecimento de parcerias com as demais esferas de Governo Federal e Municipais e com entidades privadas visando a sincronizar as ações do Governo Estadual e inseri-las em contexto de integração e articulação.
4. Definição de metas físicas e financeiras e aplicação de sistemas de indicadores para monitoramento e avaliação da eficácia dos programas e dos resultados das Políticas Públicas Estaduais.
5. Inserção de ações de estímulo e fomento à inovação científica e tecnológica em todas as áreas de atuação do Governo Estadual, em especial na educação, produção, extensão universitária e nos processos da própria Administração Estadual.
6. Implementação de agenda ambiental no Governo Estadual, visando a inserir nas diversas áreas de administração, práticas de sustentabilidade ambiental e de informação ecológica, além de se integrarem nas ações formais de conservação do meio ambiente.
7. Implementação de programas permanentes de capacitação de servidores, visando a elevar sua produtividade e capacidade de utilização de recursos da tecnologia da informação.
8. Potencializar a captação de recursos externos, a atração de investimentos privados e as ações para a redução da vinculação das receitas.

O PPA 2012/2015, define os programas, com metas físicas e valores orçados, no horizonte de quatro anos e os resultados pretendidos são traduzidos em indicadores finalísticos mensuráveis e agrupados. A LDO e a LOA fixam metas fiscais e preveem dotações orçamentárias anuais detalhadas para os projetos e atividades, previstas neste instrumento.

**5 - AÇÕES PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS.**

Além dos recursos financeiros previstos no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Estadual, o Governo do Estado não medirá esforços para captar recursos de outras fontes como; empréstimos em instituições financeiras, Parcerias Públicos Privadas, negociar novos recursos no Orçamento Geral da União (OGU) e de outras fontes, visando a consolidar o processo de desenvolvimento socioeconômico com a viabilização dos meios para a execução das ações que serão prioritizadas.

O planejamento estruturante de médio prazo, estabelecido no Plano Plurianual 2012/2015, apresenta um conjunto de programas, projetos e ações nas seguintes áreas: infraestrutura, integração das fronteiras, meio ambiente, gestão pública, parcerias, inclusão social e diversificação da matriz energética. O Governo do Estado se compromete a direcionar os recursos que serão disponíveis, tanto de origem pública bem como de parcerias e outras fontes, na execução das atividades que atendam os interesses do Estado, conforme a seguir apresentados:

**Programa MS Competitivo**

A concepção do Programa MS competitivo tem por base a abordagem do diamante da competitividade de Michael Porter. A partir de um estudo realizado em dez países, Porter chegou a um conjunto de fatores determinantes da competitividade, que podem ser sintetizados em quatro eixos: condições dos fatores produtivos, condições de demanda, indústrias correlatas e de apoio e estratégia, estrutura e rivalidade das firmas.

Países, Estados ou regiões que apresentam os melhores atributos nesses quatro eixos teriam, potencialmente, um melhor nível de competitividade e, por conseguinte, um melhor nível de padrão de vida para seus cidadãos. A competitividade está relacionada ao padrão de vida da população que, por sua vez, está diretamente ligado à produtividade da economia.

Por ser mais afeto à ação do Poder Público, estabelecemos como foco prioritário as condições dos fatores produtivos, mais especificamente a infraestrutura, a qualificação da força de trabalho, o conhecimento e a inovação, visando à concentração de ações na captação de novos investimentos da iniciativa privada.

**Plano Estadual de Logística de Transportes (PELT)**

Esse Programa envolve projetos que estão inseridos no orçamento do Estado e outros que vão envolver recursos de parcerias, mas que estão se viabilizando pela ação política do Governo do Estado. Depois de finalizadas, as obras de infraestrutura permitirão uma redução considerável no custo de transporte das mercadorias produzidas no Estado, que terá reflexo direto no aumento da competitividade de Mato Grosso do Sul.

O Poliduto MS-PR, que ligará Campo Grande ao Porto de Paranaguá, terá capacidade para transportar 18 milhões de litros por ano de etanol, gasolina ou diesel. O projeto integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, e a sua implementação vai possibilitar não só a redução no custo transporte do etanol tonando esses produto mais competitivo, bem como o abastecimento do Estado com gasolina, óleo diesel e outros derivados do petróleo com menores preços de transporte, reduzindo o custo de produção da agricultura estadual.

**Mapa 01 – Poliduto MS/PR**

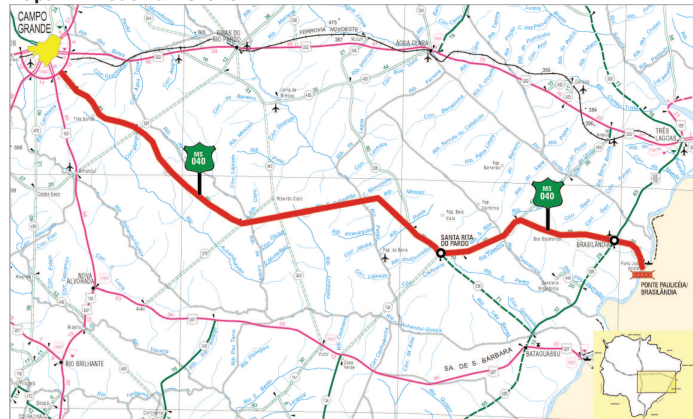


Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (2010)

A malha rodoviária estadual possui aproximadamente 3.742 km de rodovias pavimentadas, o que corresponde apenas a 24% do total de rodovias. O Estado necessita ampliar a malha de rodovias pavimentadas, para atender as demandas de seu crescimento econômico, bem como induzir determinadas regiões ao desenvolvimento. São prioridades a serem pavimentadas: os grandes corredores de escoamentos, as ligações a esses corredores e terminais de transbordos, as ligações de centros urbanos à capital, as ligações entre polos de produção, e finalmente as ligações das células produtivas aos polos regionais.

O Governo do Estado prosseguirá envidando esforços para efetivar a federalização da MS-040, e fará gestão para viabilizar com o Orçamento Geral da União os recursos necessários para a sua implantação e pavimentação, cujos benefícios possibilitarão o aumento da produção do Estado, facilitando o acesso a regiões em processo de desenvolvimento estagnado e integrando ao processo produtivo estadual mais de um milhão de hectares de terra.

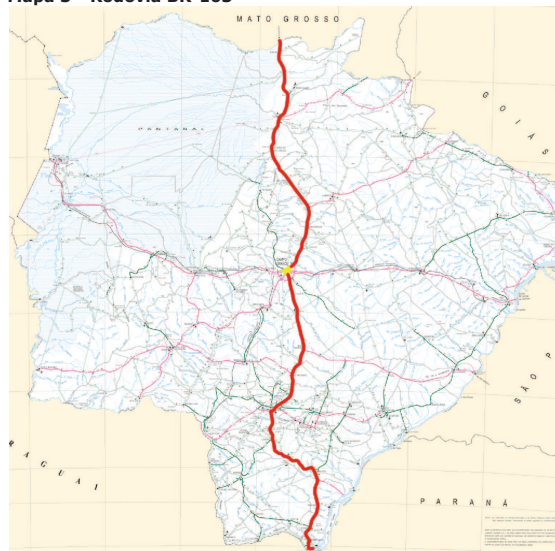
**Mapa 2 – Rodovia MS-040**



Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (2010)

A estadualização da BR-163/MS, que corta o Estado de norte a sul, possibilitará a duplicação da rodovia e reduzirá o tempo de transporte dos produtos, com impacto nos seus preços.

Mapa 3 - Rodovia BR-163



Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (2010)

O conceito de Sistema de Transporte vai além do Sistema Viário, que é a rede física das vias, pois incorpora a integração entre os modais de transportes, visando à otimização dos custos e dispêndios de energia, o desenvolvimento regional, os operadores de transportes, os operadores multimodais e a remoção dos entraves e gargalos que prejudiquem os fluxos das riquezas no Estado.

A implantação do Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional de Campo Grande e a ampliação das suas pistas fazem parte do Complexo Logístico Intermodal de Campo Grande.

Mapa 4 - Terminal Intermodal de Cargas de Campo Grande



Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (2010)

Visando a acelerar o processo de desenvolvimento econômico de Mato Grosso do Sul, é compromisso deste Governo viabilizar investimentos para ampliação e modernização da infraestrutura logística e de apoio aos setores produtivos. Será de fundamental importância buscar parceiros interessados em investir nos setores de transporte rodoviário, hidroviário, ferroviário, aeroviário, dutoviário, como também na transmissão e na distribuição de energia elétrica.

No setor ferroviário, o Estado de Mato Grosso do Sul conta com dois ramos em operação, a Ferronorte que atravessa a sua Região Nordeste, ligando o município de Aparecida do Taboado na divisa com São Paulo, ao Município de Costa Rica na divisa com o Estado Mato Grosso, percorrendo uma extensão de 410 km, sendo um dos principais eixos de escoamento da produção de grãos daquela Região.

A NOVOESTE com 904 km de extensão faz parte da malha ferroviária de Mato Grosso do Sul e é um corredor de vital importância principalmente para o transporte de minérios, combustíveis e mercadorias que abastecem o comércio do Estado, contribuindo para a redução do custo de transporte tanto na exportação como na importação.

O Estado trabalha com a perspectiva da implantação de dois novos ramos ferroviários, que poderá dobrar em extensão as estradas de ferro dentro do território estadual, alavancando o desenvolvimento nas regiões leste e centro sul do Estado, constituindo-se em novos caminhos para o desenvolvimento com integração regional, conforme abaixo apresentadas.

**FERROESTE**

Esta ferrovia ligará os Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná e ajudará no transporte e no escoamento da produção, além disso, em virtude de fazer entroncamento com a Hidrovia Tietê - Paraná, aliviará o tráfego intenso na rodovia BR-163, principal rota dos caminhões de carga. Vale ressaltar que após a sua construção esta ferrovia

se transformará no principal tronco de escoamento para exportação dando acesso ao Porto de Paranaguá (PR). A construção desta ferrovia esta sendo pleiteada também pelo Governo do Estado do Paraná.

Mapa 5 - Integração Ferroviária MS-PR-Porto de Paranaguá



Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (2010)

O Projeto de Integração Ferroviária do Estado do Mato Grosso do Sul e Paraná, proporcionando acesso ao Porto de Paranaguá, engloba:

- Construção de trecho ferroviário da FERROESTE, no segmento compreendido entre Maracaju/MS e Cascavel/PR (ponto de interligação com o trecho construído da FERROESTE), com cerca de 650 km, permitindo a conexão ferroviária dos municípios produtores do MS com a Hidrovia Paraná/Tietê (em Guaíra) e, a partir de Cascavel, propiciando o acesso ferroviário ao Porto de Paranaguá;
- Desenvolvimento de modelos e associação entre a União, os Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná e o setor privado para a construção e o gerenciamento do empreendimento.

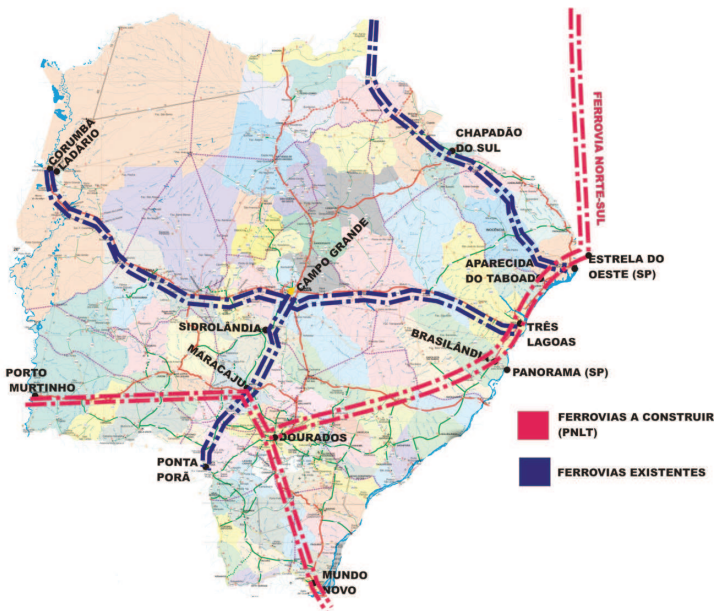
**Ferrovia Norte-Sul**

No Estado de Mato Grosso do Sul, a expansão do ramal da ferrovia Norte-Sul, parte de Estrela do Oeste em São Paulo, entra em Mato Grosso do Sul por Aparecida do Taboado e indo a Três Lagoas, segue margeando as rodovias MS 158/395/276 até alcançar a cidade de Dourados, faz a interligação com a Ferrovia Ferroeste, prossegue a partir do Município de Maracaju até o Porto de Porto Murtinho, na cidade do mesmo nome, na fronteira do Estado com a República do Paraguai, à margem esquerda do Rio Paraguai, perfazendo um total de aproximadamente 1.100 km de extensão dentro do territorial sul-mato-grossense, passa por dentro de mais de 20 municípios deste Estado, beneficiando mais 40 municípios produtores.

A operacionalização deste ramal ferroviário possibilitará a conexão por linha férrea entre as regiões Sul, Centro-Oeste e Norte do Brasil, melhorando consideravelmente a circulação de cargas entre os Estados dessas regiões, transformando-se em grande eixo de desenvolvimento regional, por onde deverá ser escoada grande parte da produção agrícola brasileira, com menores custos e maior eficiência. Também se transformará em rota de circulação de mercadorias para abastecer os mercados locais a menores custos ao consumidor e, via estratégica para a distribuição regional de insumos agrícolas, pois o seu traçado vai cortar grandes áreas de produção agropecuária.

Dentro do Estado de Mato Grosso do Sul, grande parte do seu traçado margeia a hidrovia Tietê-Paraná, podendo ter acesso a vários portos daquela hidrovia, o que vai possibilitar o desenvolvimento da intermodalidade dos transportes, criando alternativas de entrada e saída de produtos a menores custos, o que vem contribuir para a redução de custos de produção e comercialização em diversas cadeias em desenvolvimento naquela região da sul-mato-grossense, gerando ganhos em competitividade e assegurando a geração de emprego para a população regional.

**Mapa 6 - Ferrovia da integração (Ferrovia Norte Sul)**

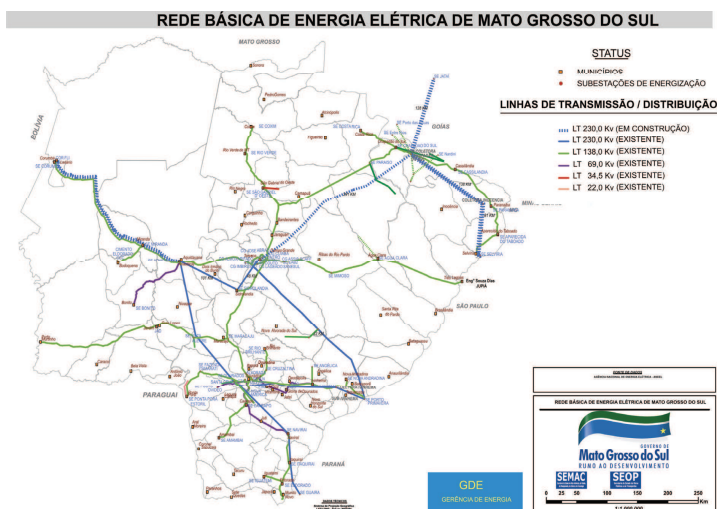


Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (2011)

A implantação do ramal ferroviário da Norte-Sul no território de Mato Grosso do Sul vem integrar os principais polos de desenvolvimento da agroindústria estadual, com destaque para os Municípios de Aparecida do Taboado, Três Lagoas, Nova Andradina, Dourados, Naviraí e Maracaju, são Municípios que exercem papel polarizador com forte presença da agropecuária e, que vêm se destacando no crescimento de atividades agregadoras de valor à produção primária com a expansão da agroindústria, com destaque para os setores sucroalcooleiro, frigoríficos, papel e celulose e beneficiamento de grãos.

Ampliação da Rede Básica de Energia Elétrica para o Estado. A implantação de linhas de transmissão de 500 kV de Ribeirãozinho (GO) - Campo Grande (MS) e de 230 kV de Campo Grande - Corumbá, ou alternativa competente.

**Mapa 8 - Rede Básica de Energia Elétrica para o Estado**



Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (2011)

**Projeto de Integração Fronteiriça**

Projeto de desenvolvimento da região de fronteira internacional seca com o Paraguai, que visa a proporcionar infraestrutura para a segurança, a vigilância sanitária e fiscal, bem como alternativas para a diversificação da matriz econômica regional, com a constituição de um maciço verde com 15 km de largura, e também a realização de intercâmbio nas áreas cultural e econômica, exigindo total empenho.

**1ª ETAPA**

- Implantação e pavimentação das rodovias MS-299 e MS-165, desde Sete Quedas até Sanga Puitã (Ponta Porã), numa extensão de 227 km, com investimentos da ordem de R\$ 175 milhões;
- Implantação de uma barreira vegetal com largura média de 15 km, formando um maciço verde com área de 340 mil ha.;
- Constituição de uma estrutura para segurança e vigilância de fronteira;
- Desenvolvimento de novos modelos de produção agropecuária na região.

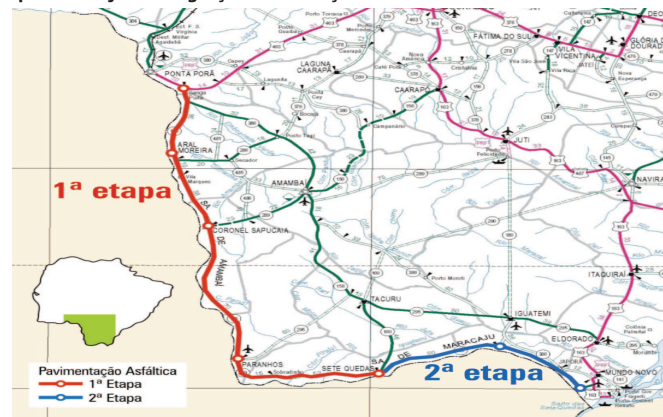
**2ª ETAPA**

- Implantação e pavimentação da rodovia MS-299 entre Sete Quedas/MS e a divisa MS/PR numa extensão de 110 km, complementando a infraestrutura rodoviária na fronteira com o Paraguai, propiciando acesso à hidrovias Paraná/Tietê, com investimento de cerca de R\$ 85 milhões;
- Formação do Maciço Florestal entre Ponta Porã/MS e Bela Vista/MS, e entre

Sete Quedas/MS e a divisa MS/PR, disponibilizando mais 220 mil ha de área verde (recomposição de floresta nativa, exploração de biomassa e formação de floresta energética).

- Constituição de estrutura para a segurança e vigilância de fronteira;
- Desenvolvimento de novos modelos de produção agropecuária na região.
- Estabelecimento das bases para a realização de maior intercâmbio nos campos econômico e cultural com os países vizinhos.

**Mapa 9 - Projeto Integração Fronteiriça**



Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (2011)

**Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul**

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente que atua na organização territorial, conforme o Decreto Federal nº 4.297, de 2002, que regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei Federal nº 6.938, de 1981.

O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.

O Decreto Presidencial s/nº de 28/12/2001 instituiu o Consórcio ZEE-Brasil, que é um grupo de trabalho permanente, e tem por finalidade executar o Zoneamento Ecológico-Econômico no âmbito nacional.

Já o ZEE-MS ao dispor de um mecanismo integrado de diagnóstico sobre o meio físico-biótico; meio socioeconômico e a organização institucional, bem como de diretrizes pactuadas de ação entre os diferentes interesses dos cidadãos, será uma ferramenta de grande valia na contribuição para que o sistema de planejamento oriente os esforços de investimentos do Governo e da sociedade civil segundo as peculiaridades das áreas definidas como zonas e tratadas como unidades de planejamento.

O Programa ZEE-MS é coordenado pelo CZEE-MS, vinculado ao Gabinete da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMACE), cujos recursos financeiros necessários para a sua realização serão captados de órgãos públicos, de agências multilaterais de fomento e da iniciativa privada.

**Mobilização de Recursos e Parcerias Público-Privadas**

**Parcerias Público-Privadas**

O Estado do Mato Grosso do Sul, como todas as unidades federadas brasileiras, necessita realizar urgentes e essenciais investimentos em infraestrutura para sustentar o crescimento da sua economia e oferecer serviços públicos que estão muito além de sua capacidade financeira. A Parceria Público-Privada constitui um avanço institucional e possui mecanismos de concessão capazes de viabilizar investimentos estratégicos no Estado, pois torna atrativo à iniciativa privada, investimentos tradicionalmente de responsabilidade do setor público.

O compartilhamento de responsabilidades entre parceiros públicos e privados propicia a geração de uma série de benefícios, tais como: previsibilidade orçamentária, agilidade na absorção de novas tecnologias, melhoria de desempenho dos serviços, rapidez na execução e melhor avaliação de resultados. Porém, sua inclusão na gestão de obras e ações dentro da administração pública estadual depende da existência de um marco legal debatido e aprovado pelo poder legislativo estadual.

A Parceria Público-Privada deverá ser um instrumento eficaz na promoção do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul. Sua adoção pelo Poder Público Estadual será tarefa bastante complexa, e está atualmente em fase de profunda pesquisa exploratória e de formatação de um marco legal e constituição de um ambiente institucional, que esteja preparado para incertezas advindas deste relacionamento de longo prazo. O assunto no Brasil ainda está em processo de consolidação e sua adoção implicará comprometimento de receitas futuras, e para tanto, o Estado necessitará de instrumentos eficientes para institucionalização das PPPs e para a efetivação das expectativas tanto do setor público como do privado.

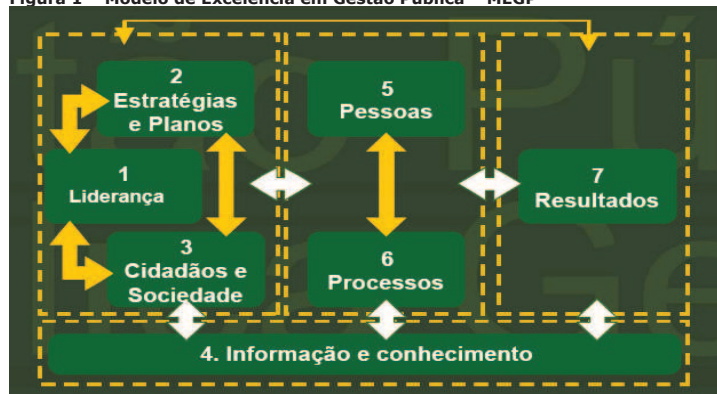
**Modernização da Gestão Pública**

A Gestão Estratégica do Governo trabalha com a coordenação das pessoas, recursos, informações e sistemas que permitam ao Chefe do Executivo Estadual assegurar o alinhamento das ações de cada área com as prioridades de sua gestão administrativa e a execução integrada de uma carteira de projetos. É interesse do Governo, buscar entendimento para dar prosseguimento às ações de gestão e modernização em uma segunda fase do programa.

**PNAGE - Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal**  
Componentes:

- Capacidade de planejamento e gestão de políticas públicas fortalecidas;
- Políticas e capacidade de gestão dos recursos humanos desenvolvidos;
- Estruturas organizacionais e processos administrativos modernizados;
- Mecanismos de transparência administrativa e comunicação fortalecidos;
- Gestão de informação modernizada e sistema de TI integrados;

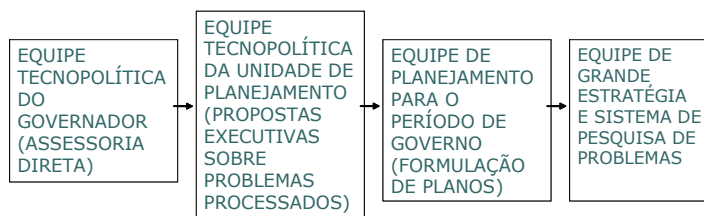
**Gespública - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização**  
**Figura 1 – Modelo de Excelência em Gestão Pública – MEGP**



Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Governo Federal (2011)

**Gestão Estratégica (Modelo de Referência)**

**Figura 2 – Quadro do Sistema Estratégico de Apoio à Tomada de Decisão**



No caso de ocorrer ruptura em algum dos elos dessa cadeia, o sistema deixa de funcionar

CADEIA FALHA	CONSEQUÊNCIAS
1 → 2	- IMEDIATISMO E SUPERFICIALIDADE
2 → 3	- DESCONEXÃO DO PLANEJAMENTO COM A AGENDA DO LÍDER
3 → 4	- PLANEJAMENTO SEM DIRECIONALIDADE / PLANEJAMENTO SEM SUPORTE DE PESQUISA DE PROBLEMAS

Fonte: SEMAC/SUPLAN (2011)

**Qualidade de Vida e Bem-Estar**

Com o aumento do nível de conhecimento e o crescente grau de exigência das organizações sociais e dos mecanismos de organização do consumo no Brasil e no Mundo, o Estado de Mato Grosso do Sul em conjunto com a sociedade, precisa se adequar em relação aos instrumentos que atendam essas exigências, direcionando recursos e construindo os mecanismos necessários para fazer frente a um sistema de produção e de convivência mais amplos, complexos e interativos, fazendo com que as economias de colaboração, materializadas no capital socioambiental, sejam cada vez mais importantes.

Já não somos populações rurais dispersas, e mesmo os espaços rurais pertencem a um processo de produção com modernização. Neste sentido, não só a parte urbana das cidades bem como o seu entorno passa a constituir uma unidade de acumulação econômica que será mais ou menos produtiva, como sistema, segundo consiga ou não organizar-se num espaço colaborativo e coerente dentro do seu território e na região onde está situada.

O deslocamento da composição intersetorial das atividades econômicas, está cada vez mais centrada em políticas sociais como saúde, educação, cultura, informação, lazer e outras. Estas atividades, muito mais do que a produção industrial, envolve processos colaborativos intensos, não se regulam adequadamente pelo lucro, e dependem vitalmente da constituição do capital social e de processos participativos de decisão.

Por tais razões, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul busca alocar recursos de tal forma, que garanta a melhoria da qualidade de vida da população a partir da interface com a qualidade de vida e o bem-estar.

**Gestão de Recursos Hídricos e Biodiversidade**

O avanço das economias industriais e agrícolas vem aumentando a demanda pela água no planeta, e tem provocado uma crescente pressão sobre os recursos hídricos, bem como o aumento da emissão de uma infinidade de resíduos poluentes na biosfera, que comprometem a qualidade de vida e o futuro das próximas gerações.

Em Mato Grosso do Sul, objetiva-se a preservação dos recursos hídricos e da biosfera, dando especial atenção às questões relacionadas ao Aquífero Guarani que tem grande parte de seu manancial de água sob o solo sul-mato-grossense, bem assim da fauna e da flora da planície pantaneira.

Nessa ótica, pretende-se adequar e integrar a gestão dos recursos hídricos com o planejamento ambiental e o ZEE, em função das diversidades e especificidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diferentes regiões do Estado.

Toda precaução será tomada para que a outorga do uso da água não ocorra sem a total articulação com o processo de licenciamento ambiental.

**Programa de Descentralização das Ações para o Desenvolvimento**

**Regional e Gestão Territorial**

Esse programa visa a implementar ações voltadas ao desenvolvimento dos municípios sul-mato-grossenses, criando mecanismos de ajuda às administrações municipais na modernização da gestão pública local, oferecendo apoio técnico para acelerar o encaminhamento das demandas nas esferas estadual e federal.

Entre as medidas a serem postas em prática para apoiar o desenvolvimento municipal está a estruturação, no âmbito da Secretaria de Estado de Habitação e das Cidades (SEHAC), de mecanismos para atendimento aos municípios, na elaboração dos planos diretores, agenda 21, planos de desenvolvimento local, bem como dar suporte aos municípios para a elaboração e aplicação dos instrumentos de gestão de uso e ocupação do solo urbano, de parcelamento do solo e de política fundiária e habitacional urbana.

**Biocombustíveis**

O Governo do Estado vem estimulando o avanço do setor dos biocombustíveis, tendo como objetivo a diversificação da matriz econômica, transformando o Estado em produtor e exportador de etanol e de açúcar, ampliando a geração de energia a partir da biomassa da cana de açúcar, e viabilizando a construção do poliduto para o escoamento do etanol e a importação de derivados de petróleo a menor custo de transporte, disponibilizando ao investidor programas de estímulo com benefícios fiscais por meio do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial (CDI), apoiando a estruturação da logística e qualificação de pessoal.

O setor de biocombustíveis já apresenta um crescimento acentuado no Estado com a instalação de novas plantas industriais para destilaria de cana de açúcar voltada principalmente à produção do etanol. O segmento vem mudando o perfil econômico de algumas regiões produtoras, avançando nas áreas de pastagem, criando novos empregos e fontes de renda, e ampliando o leque de exportações. Atualmente estão em operação no setor industrial de Mato Grosso do Sul 22 usinas produtoras de álcool e açúcar localizadas em diversas regiões do Estado, com capacidade instalada para moagem de até 43.000.000 toneladas de cana/ano. Já se encontram em instalação dezoito novas usinas que se localizam em quinze municípios na bacia do Rio Paraná, o que ampliará a capacidade estadual de moagem (com base nos termos de acordo assinados)- em 53.000.000 toneladas de cana/ano.

Segundo relatório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo está em negociação com o Governo do Estado a instalação de outras quarenta e nove plantas de usinas que se localizarão na bacia do Rio Paraná que poderá ampliar a capacidade de moagem em aproximadamente 120.000.000 toneladas ano no longo prazo.

Essa atividade industrial, que cresceu 319,90% nos últimos seis anos, impactará diretamente a produção canavieira do Estado, gerando um avanço em área ocupada com aquela cultura. Hoje são 475.000 hectares cultivados com cana de açúcar, que poderão chegar a aproximadamente 1.200.000 hectares em 2015. A produção atual de 39,9 milhões de toneladas/ano alcançará algo em torno de 96 milhões de toneladas no mesmo período. A produção de etanol passará dos atuais 1,8 bilhão de litros/ano para uma produção superior a 2,5 bilhões de litros/ano, e a produção de açúcar poderá duplicar ou triplicar em relação à produção atual de 1,3 milhões de toneladas/ano.

Anos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Produção (t)	9.513.818	12.011.538	15.839.993	21.362.034	25.228.392	34.795.664	39.900.000
Área (ha.)	136.803	152.747	191.577	252.544	285.993	399.408	475.000

Fonte: Pesquisa da Agricultura Municipal- PAM/IBGE – BDE

Atualmente, a atividade de produção de açúcar e álcool etanol, incluindo a produção e a colheita da cana gera ao ano aproximadamente 26.400 empregos direto no Estado e uma renda, em remuneração aos trabalhadores de R\$ 22.660.000,00 ao mês, o que resulta numa geração de empregos indiretos superior a 79.200 ao ano e também implicará uma renda em salários mensais superior a R\$ 43.164.000,00.

A expansão da indústria do etanol provocará impactos em outros segmentos do Estado resultante da atração de mão de obra de outros Estados, interferindo de forma positiva no crescimento da demanda por habitação, educação, saúde, etc. e com a elevação da produção de álcool e açúcar demandando investimento em mais infraestrutura de transportes: rodovias, poliduto e portos.

**6 - CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL**

Superadas as dificuldades conjunturais que afetaram o sistema financeiro internacional, atingindo internamente principalmente os setores exportadores, principalmente os segmentos industriais, o País volta a crescer a taxas altas em 2010, quando a sua economia alcançou 7,50% de crescimento no PIB contra -0,6% no ano de 2009. Neste momento, que se refere ao segundo semestre de 2011, estamos assistindo a uma nova conjuntura internacional, quando alguns países apresentam dificuldades de honrar com seus compromissos, criando algum tipo de incerteza nos mercados globais, que podem gerar impactos negativos de forma diferenciada de uma economia para outra.

O Brasil conta com a solidez de alguns fundamentos da sua economia para atravessar com segurança esses tempos de aflições dos agentes econômicos, tendo como porto seguro alguns fatores que funcionarão como uma espécie de seguro frente à volatilidade do mercado internacional. Desde 2006 quando o País passou de devedor internacional para credor, seus títulos da dívida interna estão desindexados da taxa de câmbio e possui reserva acumulada de US 351.084 milhões (12/8/2011), um volume substancial, que proporcionou a geração de emprego e uma demanda interna com tendência de alta. Este quadro permite prever a sustentação do ciclo de expansão da economia brasileira, salvo o agravamento prolongado dos distúrbios na economia internacional.



Dentro do conceito de endividamento externo aplicado pelo Banco Central, o Brasil vem obtendo uma consistente trajetória favorável nas suas relações de credor e devedor com o resto do mundo; favorecido pelo crescente desempenho das suas reservas internacionais, saindo de devedor líquido de US\$ 74,8 bilhões em 2006 para credor líquido internacional de US\$ 71,3 bilhões no primeiro trimestre de 2011, considerando a evolução da dívida externa bruta e o comportamento das reservas internacionais mais os créditos e os haveres no exterior, conforme quadro abaixo:

TABELA 10

INDICADORES DO ENVIDAMENTO EXTERNO BRASILEIRO – 2005/2011 (US milhões)							
Discriminação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
Dívida externa total (Bruta)	169.450	172.589	193.219	198.340	198.192	256.804	286.829
Reservas Internacionais	53.799	85.839	180.334	206.806	239.054	288.575	335.775
Créditos e Haveres no Exterior	14.568	11.929	24.832	19.217	20.909	18.857	22.392
Dívida Total Líquida	101.083	74.821	-11.947	-27.683	-61.771	-50.628	-71.338

Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN - \* Os dados de 2011 se referem ao segundo trimestre

Na avaliação do comportamento da economia brasileira nos últimos anos, observando o desempenho do PIB pela ótica do produto, mostra que vem numa trajetória de crescimento a taxas positivas com exceção ao ano de 2009, quando houve redução de suas atividades em função da crise financeira internacional, onde o setor industrial foi o mais afetado principalmente pela queda nas exportações de bens de 22,70% em dólar. Ao longo do período de 2004 a 2010 a maior contribuição vem do setor terciário que cresceu na média de 4,51% ao ano, seguido do setor industrial com 3,60 % de expansão na média anual.

TABELA 11

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO (Em %)							
Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Sector Primário	2,32	0,3	4,8	4,84	6,12	-4,56	6,46
Sector Secundário	7,89	2,08	2,21	5,27	4,07	-6,42	10,12
Sector Terciário	5	3,68	4,24	6,14	4,93	2,19	5,42
<b>PIB TOTAL</b>	<b>5,7</b>	<b>3,2</b>	<b>4</b>	<b>6,1</b>	<b>5,1</b>	<b>-0,6</b>	<b>7,5</b>

Fonte: Departamento de Contas Nacionais/IBGE

#### Setor Externo

O saldo comercial alcançou US\$ 3,1 bilhões em julho, o que representou um crescimento de 133,4% em relação ao valor registrado no mês em 2010. Em 12 meses, o saldo chegou a US\$ 27 bilhões, resultado de um crescimento de 25,9% nas exportações contra 17,1% nas importações considerando o mês de início e fim da série. Esse resultado mostra que o Brasil mantém a tendência de saldos comerciais crescentes que vem apresentando de 2001. Nesse período, os elevados preços das exportações, influenciados pelos preços das commodities, sustentaram a trajetória positiva dos saldos comerciais, mais do que compensando o aumento dos valores importados em função da moeda doméstica apreciada e da elevação recente dos preços dos combustíveis.

TABELA 12

EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS 12 MESES (Em US\$ Bilhões)						
Discriminação	ago/10	set/10	out/10	nov/10	dez/10	jan/11
Exportação	19.236	18.832	18.380	17.687	20.918	15.214
Importação	16.844	17.753	16.549	17.395	15.564	14.816
<b>Saldo</b>	<b>2.392</b>	<b>1.079</b>	<b>1.831</b>	<b>0.292</b>	<b>5.354</b>	<b>0.398</b>
Discriminação	fev/11	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11
Exportação	16.732	19.285	20.172	23.208	23.689	22.251
Importação	15.537	17.736	18.312	19.688	19.261	19.117
<b>Saldo</b>	<b>1.195</b>	<b>1.549</b>	<b>1.860</b>	<b>3.520</b>	<b>4.428</b>	<b>3.135</b>

Fonte: Medic/Secex

Nos últimos meses, contudo, os preços das commodities (embora em patamares ainda elevados) têm mostrado uma tendência de desaceleração, com reflexos sobre a trajetória mais estável dos preços das exportações, sobretudo de produtos básicos, em maio e junho. Além disso, um cenário internacional com perspectiva de baixo crescimento das economias avançadas (e de maior acomodação do crescimento econômico chinês) durante um horizonte temporal ainda incerto aponta para uma situação menos favorável às exportações brasileiras para os próximos meses, aliada a uma forte dependência dos preços externos para a sustentação dos saldos comerciais positivos.

Recentemente, as notícias relacionadas às dificuldades da Europa e dos Estados Unidos vêm explicitando o fato de que a crise de 2008 não está superada. O rebaixamento da dívida dos Estados Unidos de AAA para AA+, pela *Standard and Poors*, foi mais um elemento desse processo e este gatilho acabou gerando uma expectativa de impacto negativo importante, especialmente sobre a capacidade de financiamento das dívidas dos países desenvolvidos, provocando forte efeito sobre as bolsas de valores mundiais.

No caso dos países em desenvolvimento, a volatilidade provocou a conhecida "fuga para a qualidade", quando os capitais mais flexíveis reverteram suas posições e se dirigem rapidamente para títulos financeiros seguros em moeda forte, especialmente os do tesouro norte-americanos. Essa dinâmica permaneceu, mesmo considerando que foi

a dívida dos Estados Unidos que sofreu rebaixamento. Dessa forma, alguns dias após o anúncio da *Standard and Poors*, os títulos do tesouro dos Estados Unidos subiram rapidamente de patamar.

A partir daí, surgem discussões quanto à capacidade do Brasil responder a um eventual aprofundamento da crise, a capacidade de efetuar políticas públicas, capazes de combater os efeitos mais perversos de uma possível crise mais profunda. Segundo estudo do IPEA, a discussão aborda algumas vulnerabilidades importantes que foram observadas, destacando a importância de se escolher um rumo para a intervenção que privilegie uma melhora no padrão de crescimento do país.

Apesar da possibilidade de uma recaída ser historicamente mais desafiadora do que no primeiro momento de uma crise sistêmica internacional, as condições objetivas do Brasil, após ter atravessado com sucesso a primeira tormenta, apontam reservas macroeconômicas estratégicas para o combate da possível segunda. O segundo capítulo da crise pode alicerçar um processo de redução mais forte da taxa de juros doméstica. Há convergência de vários analistas econômicos quanto a alguns destes aspectos, mas existem divergências de interpretação, especialmente quanto à questão do papel da dívida pública.

Contrariamente a situação de 2008, quando a economia brasileira estava apresentando um movimento de aceleração do crescimento, a situação de hoje é distinta. Os sinais de desaceleração podem permitir maior espaço de manobra para uma política que envolva a queda da taxa de juros doméstica, o que enseja uma possibilidade de reversão no aumento da SELIC iniciada em julho de 2010 quando saiu de 10,25% para 10,75% estando atualmente em 12,50% ao ano.

Ainda no que se refere ao nível de confiança, o Brasil mantém seu índice de risco baixo, fechando julho de 2011 em 160,04 pontos contra 231,34 no mesmo mês de 2008, situação que indica maior segurança ao investidor na capacidade do país honrar com seus compromissos, índice este que no final de 2004 fechou em aproximadamente 400 pontos, demonstrando elevado grau de risco. Os dados relativos às reservas internacionais registram os patamares mais altos alcançados nos últimos anos. De fato, as mesmas estão em torno de US\$ 350 bilhões, nível seguro para contrapor uma debanda de recursos de estrangeiros aplicados no país.

#### 7 - CONJUNTURA ECONÔMICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Localizado no Centro-Oeste brasileiro, região com tradição agropecuária, o Estado de Mato Grosso do Sul caracteriza-se por ter uma economia de base agropastoril, tendo iniciado sua ocupação no século passado pelas atividades de extração vegetal, pecuária e agricultura desbravadora.

A agropecuária do Estado ainda tem forte predomínio da produção extensiva, tanto na pecuária como na agricultura, excetuando-se algumas atividades como a avicultura e a suinocultura de corte em escala comercial, além de pequenas propriedades com menos de 100 ha que representam 2,2% da área ocupada, onde estão principalmente os projetos de assentamentos.

#### Agricultura

Mato Grosso do Sul, com forte vocação agrícola vem se destacando entre os maiores produtores de grãos do Brasil, apresentando elevada produção e produtividade principalmente nas culturas de soja e milho, e nos últimos anos se destaca como nova fronteira na produção de cana de açúcar.

TABELA 13

PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS DE MATO GROSSO DO SUL – 1980-2010 (Em t)						
Produção	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Soja	2.558.720	2.038.614	2.283.546	2.486.120	3.686.132	5.340.462
Milho	327.334	595.718	1.435.151	1.069.571	1.305.741	3.782.946
Arroz	323.993	182.458	239.269	226.649	225.350	142.668
Algodão	106.317	73.559	105.791	127.839	203.391	149.369
Trigo	317.644	204.035	19.786	34.712	129.683	74.207
Feijão	29.882	33.966	23.590	10.019	19.004	31.937
Sorgo	16.522	5.241	5.136	83.527	113.108	162.153
<b>Total de Grãos</b>	<b>3.680.412</b>	<b>3.133.591</b>	<b>4.112.269</b>	<b>4.038.437</b>	<b>5.682.409</b>	<b>9.683.742</b>
Cana de açúcar	3.170.806	4.193.288	4.922.386	5.837.456	9.513.818	34.795.664
Mandioca	451.869	436.653	555.808	591.231	538.754	543.303

Fonte: Produção Agrícola Municipal – PAM/IBGE Nota: Os dados de 2010 são provenientes da LSPA.

#### Pecuária

A pecuária representa a atividade mais tradicional da economia sul-mato-grossense, constituída principalmente pela criação de bovinos, aves, suínos, equinos, ovinos, muars, asininos, caprinos e bubalinos. Destacam-se os rebanhos de: bovinos com 22,3 milhões de cabeças, aves com 25,2 milhões de animais, e suínos com 1,05 milhão de cabeças. Os segmentos da pecuária desempenham expressivo papel na ocupação econômica e produção de carnes e outros produtos de origem animal, como lácteos, couro e ovos.

TABELA 14

PRINCIPAIS REBANHOS DE MATO GROSSO DO SUL – 2009 (Em cabeças)									
Discriminação	Bovinos	Aves	Suínos	Equinos	Ovinos	Caprinos	Muare	Bubalinos	Asininos
Rebanho	22.325.663	25.293.797	1.052.266	358.482	477.732	32.453	46.113	18.086	3.909
Classificação Nacional	3º	10º	11º	7º	8º	17º	9º	13º	16º

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM/IBGE

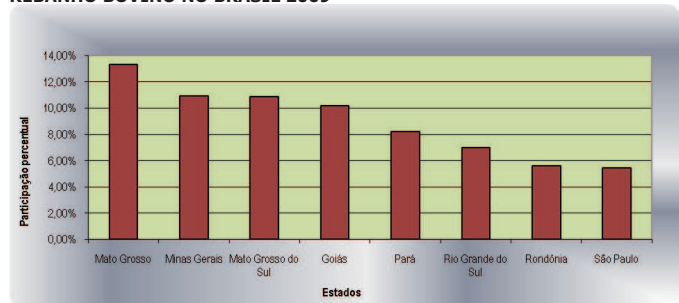
A Pesquisa da Pecuária Municipal-PPM, do IBGE, para o conjunto dos Estados brasileiros aponta para a pecuária bovina nacional na qual Mato Grosso do Sul era detentor do 3º maior rebanho em 2005. A atividade de bovinocultura sul-mato-grossense está voltada principalmente para a produção de carne, colocando-se como um mercado potencial para a produção e abastecimento dos grandes mercados consumidores de carne.

TABELA 15

EFETIVO DO REBANHO BOVINO NOS ESTADOS E BRASIL - 2009			
UF	Classificação Nacional	Efetivo (cabeças)	Participação (%)
Mato Grosso	1º	27.357.089	13,33%
Minas Gerais	2º	22.469.791	10,95%
<b>Mato Grosso do Sul</b>	<b>3º</b>	<b>22.325.663</b>	<b>10,88%</b>
Goiás	4º	20.874.943	10,17%
Pará	5º	16.866.028	8,22%
Rio Grande do Sul	6º	14.366.298	7,00%
Rondônia	7º	11.532.891	5,62%
São Paulo	8º	11.222.187	5,47%
Outros	-	58.277.480	28,39%
<b>Brasil</b>		<b>205.292.370</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM/IBGE

GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS DETENTORES DE REBANHO BOVINO NO BRASIL 2009



FONTE: SEMAC/MS

**Recursos Minerais**

Como grande detentor de recursos naturais, Mato Grosso do Sul destaca-se também por suas reservas minerais, que estão entre as maiores do País. Este setor da mineração deverá exercer contribuição expressiva na vida econômica do Estado, será potencializado com a implantação do Polo Siderúrgico, que estimulará a extração e o processamento de minérios. O segmento já conta com plantas siderúrgicas voltadas principalmente para a produção do ferro gusa. Entre os principais produtos e substâncias minerais, produzidos e extraídos mensalmente no Estado, destacam-se: ferro e manganês, ferro-liga, calcário corretivo, cimento, cal, cerâmica, olarias, brita e areia. Sobressai neste contexto a produção das olarias, a qual, embora significativa, é desenvolvida de modo rudimentar por inúmeras microunidades ou empresas familiares.

TABELA 16

VOLUME PRODUZIDO DOS PRINCIPAIS MINERAIS EM MATO GROSSO DO SUL – 1990/2009				
Ano	Substâncias Minerais Extraídas			
	Ferro Bruto (t)	Manganês Bruto (t)	Calcário Bruto (t)	Cimento (t)
1990	1.487.026	486.869	904.091	305.385
1995	1.926.055	219.805	1.066.010	497.276
2000	2.255.688	294.998	1.486.067	792.490
2005	4.936.622 <sup>1</sup>	472.615	1.287.977	653.076
2009	5.694.279	215.307	2.246.034	872.031

Fonte: MME. SNIC- BDE/MS Nota: (1) dados retificados pela fonte.

**Reflorestamento**

O setor florestal representa hoje importante segmento da economia nacional, respondendo, sem considerar a exploração madeireira tradicional, por dois milhões de empregos diretos e indiretos, dos quais 25% só em manejo de florestas plantadas. No Estado de Mato Grosso do Sul, esse segmento vem crescendo principalmente voltado

para atender a demanda crescente de carvão por alguns segmentos industriais em expansão.

O reflorestamento já em expansão em Mato Grosso do Sul deverá ser impulsionado com o crescimento do setor siderúrgico no Estado, que gerará uma demanda do médio ao longo prazo de cerca de 200 mil hectares de eucaliptos. Outros segmentos, o de papel celulose que já conta com uma unidade industrial em Três Lagoas, com perspectiva de expansão neste em outros municípios da região. Também a demanda por floresta plantada será pressionada pelo setor moveleiro e cerâmico que têm na madeira sua fonte de matéria prima ou o seu suprimento energético.

Segundo estudos feitos recentemente pela Associação Brasileira de Floresta Plantada (ABRAF), mostra que Mato Grosso do Sul já é o sétimo Estado com maior área de floresta plantada no Brasil, em 2010 eram 392 mil hectares, representando 6,0% da área nacional, os dados mostram que nos últimos cinco anos esse segmento vem crescendo em velocidade muito superior à média nacional, enquanto no Brasil o aumento foi de 22,9%, as florestas de silvicultura sul-mato-grossense se ampliaram em 157,3% entre 2005 e 2010, conforme quadro abaixo.

TABELA 17

EVOLUÇÃO DA ÁREA COM FLORESTA PLANTADA NO MS COMPARADA COM O BRASIL (Em ha)						
Discriminação	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Eucalyptus/MS	113.432	119.319	207.687	265.250	290.890	378.195
Pinus/MS	38.909	28.500	20.697	18.800	16.870	13.847
<b>Total MS</b>	<b>152.341</b>	<b>147.819</b>	<b>228.384</b>	<b>284.050</b>	<b>307.760</b>	<b>392.042</b>
Eucalyptus/BR	3.462.719	3.745.794	3.969.711	4.325.430	4.515.730	4.754.334
Pinus/BR	1.831.485	1.886.286	1.874.656	1.832.320	1.794.720	1.756.359
<b>Total Brasil</b>	<b>5.294.204</b>	<b>5.632.080</b>	<b>5.844.367</b>	<b>6.157.750</b>	<b>6.310.450</b>	<b>6.510.693</b>

Fonte: ABRAF/2011

Como pode ser observado, o aumento da silvicultura tanto em Mato Grosso do Sul como no Brasil, ocorre em função do avanço da cultura do Eucalyptus, impulsionada pelas expectativas de expansão acelerada de atividades que deverão pressionar a demanda de madeira nos próximos anos, relacionando com o aumento do mercado interno e externo que vem sendo favorecido com a elevação de renda da população principalmente nos países emergentes.

**Setor Secundário**

A economia sul-mato-grossense, com forte predomínio da agropecuária, se caracteriza pelo potencial no fornecimento de matérias-primas para a agroindústria, além de suas enormes reservas minerais ainda a serem exploradas. Considerando este grande potencial existente, tanto para a diversificação da base econômica como para a agregação de valores à sua produção, o Estado possui enormes perspectivas de acelerar o seu processo de industrialização.

MAPA 9 - POLOS DE DESENVOLVIMENTO



ELABORAÇÃO: SEMAC/SUPLAN/CAES/2011

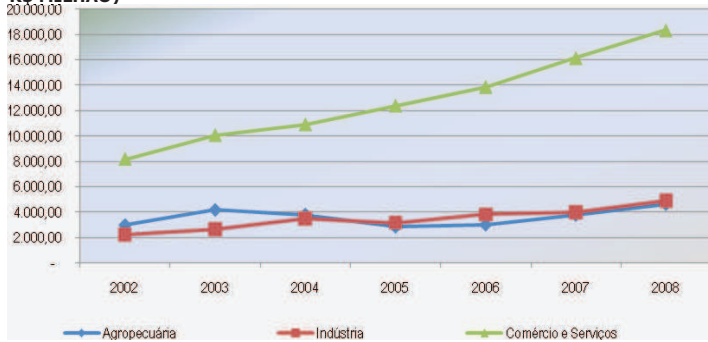
**Produto Interno Bruto**

Nos últimos anos (2000–2008) o PIB/MS cresceu a uma taxa média de aproximadamente 4,42% a.a, esse resultado foi impulsionado principalmente pelo bom desempenho da atividade industrial ainda em fase de expansão e consolidação que teve no mesmo período um crescimento médio de 6,60% aa, e pelo setor terciário, constituído pelo comércio e atividades de serviços, que detém a maior contribuição, 65,76% dentro a economia estadual.

**TABELA 18**

VALORES DO PIB E PIB PER CAPITA DE MATO GROSSO DO SUL – 1995 - 2008		
Anos	PIB/MS (R\$ milhão)	PIB PER CAPITA (R\$ 1,00)
1995	6.994	3.675,92
2000	11.861	5.655,76
2001	13.736	6.448,50
2002	15.153	7.004,24
2003	19.274	8.772,33
2004	21.105	9.461,22
2005	21.651	9.561,12
2006	24.341	10.592,44
2007	28.121	12.411,18
2008	33.145	14.188,41

Fonte: SEMAC/MS

**GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO GRÁFICA DO PIB MS POR SETOR DE ATIVIDADES (EM R\$ MILHÃO)**

FONTE: SEMAC/MS

**Estabelecimentos Industriais**

O Setor industrial de Mato Grosso do Sul está direcionado principalmente para o beneficiamento de produtos vindos principalmente do setor agropecuário como grãos, algodão, carnes, leite, couro, cana, mandioca, celulose e papel, madeira e minérios.

A política industrial está voltada para a implantação e expansão de unidades agroindustriais que utilizem como insumo básico carne, couro, leite, soja, cereais, cana, plumas e outros, propiciando agregar mais valor à produção interna. O objetivo é promover o incremento da riqueza e da renda estadual por meio do aumento do emprego e da renda, buscando atrair investimentos de capital privado como forma de dinamizar e diversificar a economia do Estado.

**Etanol**

Associado à expansão da fronteira agrícola sul-mato-grossense, já se destaca no Estado o setor sucroalcooleiro, demonstrado por meio do crescimento de instalação de plantas industriais para destilaria de cana de açúcar voltada principalmente à produção do álcool etanol, segmento que vem mudando o perfil econômico de algumas regiões produtoras, avançando principalmente em áreas de pastagem, criando novas expectativas nos setores de emprego e renda, na geração de mais divisas com a possibilidade concreta de ampliar o leque das exportações.

Desde 2007 o Estado foi beneficiado com a implantação de 11 novas unidades industriais, sendo que atualmente estão em operação no Mato Grosso do Sul 22 (vinte e duas) usinas produtoras de álcool de açúcar localizadas em 15 (quinze) municípios em diversas regiões do Estado, gerando uma capacidade instalada para moagem de até 43.000.000 toneladas de cana ao ano, por outro lado, já se encontram em instalação 18 novas usinas que se localizam em 15 municípios da bacia do Rio Paraná, ampliando a capacidade estadual de moagem com base nos termos de acordo assinados em 53.000.000 toneladas de cana ano.

Segundo relatório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR), está em negociação com o Governo do Estado a instalação de outras 49 plantas de usinas que se localizariam em Municípios localizado na bacia do Rio Paraná.

**TABELA 19**

PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR E ÁREA OCUPADA EM MATO GROSSO DO SUL – 2009							
Variável	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Área plantada (ha)	136.803	152.747	191.577	252.544	285.993	543.578	600.000
Quantidade produzida (t)	9.513.818	12.011.538	15.839.993	21.362.034	25.228.392	34.795.664	39.900.000

Fonte: Pesquisa da Agricultura Municipal- PAM/IBGE Nota: Os dados 2010 e 2011 são provenientes de LSPA; área plantada 2011 é resultado de estimativa.

O crescimento dessa atividade industrial impactara diretamente a produção canavieira do Estado, gerando um avanço em área ocupada com aquela cultura, hoje em aproximadamente 60.000 hectare, podendo chegar a aproximadamente um milhão e duzentos mil de hectares, ampliando a produção que é atualmente em torno de 39 milhões de toneladas ano para mais de 96 milhões de toneladas no médio prazo.

Trabalhando com a hipótese que se confirme a expectativa de expansão da atividade sucroalcooleira, a produção de cana que cresceu nos últimos seis anos 319,90%, poderá expandir seu crescimento em três vezes no médio prazo, possibilitando ao Estado elevar a sua produção de etanol dos atuais 1,8 bilhão de litros ano para uma produção superior a 2,5 bilhões de litros ao ano, e ampliar a produção de açúcar das atuais 1,3 milhão toneladas, podendo dobrar ou até triplicar a produção nos próximos anos.

Atualmente a atividade de produção de açúcar e álcool etanol, incluindo a produção e a colheita da cana, gera ao ano aproximadamente 22.400 empregos direto no Estado, resultando numa renda em remuneração aos trabalhadores de R\$ 22.660.000,00 ao mês, com o avanço da atividade em curso, isso poderá resultar numa geração superior a 79.200 empregos indiretos, o que também implicara numa renda em salários mensais superior a R\$ 43.164.000,00.

A expansão da indústria do etanol provocará impactos em outros segmentos do Estado resultante da atração de mão de obra de outros estados, interferindo de forma positiva no crescimento da demanda por habitação, educação, saúde, etc. e com a elevação da produção de álcool e açúcar demandando investimento em mais infraestrutura de transportes: rodovias, poliduto e portos.

**Setor Terciário**

A expansão das atividades econômicas do Estado, de um modo geral e em especial a agricultura, a agroindústria e o turismo, criaram as condições necessárias para o crescimento do setor terciário, constituído pelos ramos de comércio interno e externo e áreas de serviços, tanto de caráter público, para atendimento à população, como saúde, educação, bem como os serviços mercantis de apoio às atividades econômicas, como transportes, comunicações e uma gama de serviços especializados e auxiliares em todos os segmentos econômicos.

**Comércio**

As atividades do setor estão voltadas principalmente para o comércio varejista, com mais de 29.694 estabelecimentos em 2010, predominantemente no ramo de produtos alimentícios e vestuários e artigos domésticos, segmentos que respondem por 49,3% dos estabelecimentos comerciais.

Segundo os dados da Secretaria de Estado de Fazenda, entre 2003 e 2010 o número de empresas comerciais no Estado cresceu 16,8%, sendo que os maiores aumentos aconteceram nos ramos de comércio varejista de vestuário com 33,3%, material de construção com 23,3%, máquinas e equipamentos com 18,3% e alimentos com 3,9%.

**Educação**

O grau de alfabetização vem alcançando ganho contínuo, demonstrado pelas avaliações das taxas de analfabetismo no Estado, que nos últimos 19 anos declinaram em 10 pontos percentuais, onde se destacou o crescimento no número de matrículas que se expandiu em 24,0% e de salas de aulas que praticamente dobrou, muito superior à evolução da população estudantil, entre 5 e 19 anos que aumentou em apenas 6,0%.

**TABELA 20****TAXA DE ANALFABETISMO EM MATO GROSSO DO SUL E BRASIL P/ A POPULAÇÃO ACIMA DE 5 ANOS DE IDADE 1995 – 2009 (Em %)**

Anos	Mato Grosso do Sul	Brasil
1985	21,36	26,59
1990	19,52	23,3
1996	14,48	17,38
2000	13,62	16,73
2005	11,38	13,17
2009	9,74	11,14

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostragem /PNAD

**TABELA 21****MATRÍCULAS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO – 1980 2009**

Anos	Estadual	Municipal	Federal	Particular	Total
1980	194.718	87.417	1.420	35.340	318.895
1985	237.882	93.455	1.104	46.938	379.379
1990	290.003	123.652	1.386	64.774	479.815
1995	297.974	171.958	853	77.856	548.641
2000	296.987	214.549	993	70.099	582.628
2005	263.454	280.907	978	71.944	617.283

2009	227.769	300.136	1124	65.706	594.735
------	---------	---------	------	--------	---------

Fonte: Secretaria de Estado de Educação –SEE/ MS

### Comércio Exterior

As exportações do Estado ainda são muito dependentes do setor primário, cujos principais itens exportados são: soja "in natura", farelo de soja, minérios de ferro e manganês, carne bovina, frango congelado, carne de suíno congelada, madeira compensada, açúcar de cana, couro e peles e madeira compensada, que juntos respondem por aproximadamente 90,0% das divisas com exportações do Estado. Por outro lado, na pauta de importações os itens mais representativos são: gás natural, tecidos e vestuário, carnes desossadas de bovinos, máquinas e equipamentos, adubos e produtos químicos que responderam em 2010 por 79,2% das compras.

TABELA 22

EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL 1995 – 2010 (Em US\$ FOB)			
Ano	Exportações	Importações	Saldo
1995	304.817.729	52.866.055	251.951.674
2000	253.145.000	160.673.000	92.472.000
2001	473.679.000	281.555.000	192.124.000
2002	384.159.620	424.017.106	-39.857.486
2003	498.107.549	492.867.629	5.239.920
2004	643.861.490	772.106.630	-128.245.140
2005	1.149.018.098	1.080.039.871	68.978.227
2006	1.004.338.508	1.725.836.632	-721.498.124
2007	1.297.176.760	2.189.887.974	-892.711.214
2008	2.095.337.857	3.682.565.087	-1.587.227.230
2009	1.937.634.439	2.690.230.313	-752.595.874
2010	2.962.057.917	3.382.634.981	-420.577.064

Fontes: SECEX-MDIC e BDE/MS

### MERCOSUL

O aumento observado nos últimos anos na pauta de comércio internacional realizada pelo Estado, tendo como origem os países signatários do MERCOSUL, teve como principais produtos a carne bovina desossada ou em carcaça, bovinos vivos, grãos de soja, milho ou trigo, material elétrico e madeira.

TABELA 23

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO DE MS COM O MERCOSUL – 1995–2010 (Em US\$ FOB)			
Ano	Exportações	Importações	Saldo
1995	35.423	23.461	11.962
2000	44.090	16.379	27.711
2001	39.970	23.384	16.586
2002	41.851	43.320	-1.469
2003	58.580	55.323	3.257
2004	62.587	61.243	1.344
2005	92.197	75.015	17.182
2006	132.592	87.467	42.125
2007	87.876	116.856	-28.980
2008	227.551	149.441	78.110
2009	133.578	125.822	7.756
2010	346.294	167.935	178.359

Fontes: SECEX-MDIC e BDE/MS

### Turismo

Neste segmento, o Estado de Mato Grosso do Sul é detentor de um fantástico potencial turístico, cuja exploração ainda é incipiente com baixo aproveitamento do seu privilegiado sistema natural e das riquezas socioculturais da região.

O setor do turismo do Estado conta com alguns polos destacados como Campo Grande onde aparece o turismo de eventos; a Serra da Bodoquena com o ecoturismo rural e de aventura; no Pantanal chama a atenção o ecoturismo rural e a pesca; na Região Norte prevalece o ecoturismo rural e a pesca; em Bonito destaca-se o turismo contemplativo e com expansão do turismo de eventos culturais.

O Estado conta com uma estrutura de apoio em rede hoteleira para atendimento ao fluxo de turista que recebe durante o ano todo, contando com hotéis, pousadas, pesqueiros, em 2009 recebeu um fluxo de aproximadamente 1.200.000 turistas que foram acomodados na sua grande maioria pela rede de hospedagem. Há o registro da existência de aproximadamente 30 mil leitos

### Comunicação

O setor de comunicação vem atravessando um rápido processo de modernização e expansão, atendendo, atualmente, com a telefonia convencional mais de 300 localidades no Estado. Já o serviço da telefonia móvel celular está presente em todos os

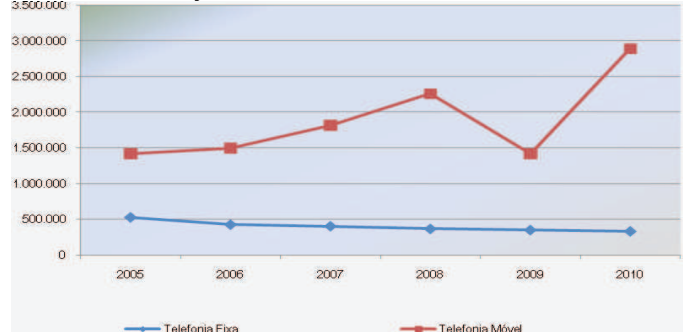
Municípios, possibilitando a interligação das diversas regiões do Estado para o resto do país e do mundo.

TABELA 24

EVOLUÇÃO DA TELEFONIA – 1995 – 2010				
Discriminação	1995	2000	2005	2010
Terminais convencionais instalados	175.613	492.740	566.717	472.340
Terminais convencionais em serviço	164.826	398.399	526.441	331.385
Acesso Telefone móvel celular	8.100	252.962	1.416.000	2.888.983
Telefones convencionais p/100 hab	8,6	23,5	25	19,3

Fonte: ANATEL, TELEMS e AMERICEL

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA TELEFONIA FIXA E MÓVEL EM MS – 2005 – 2010



Fonte: ANATEL, TELECOM, GVT e CTBC

### Energia Elétrica

No Estado de Mato Grosso do Sul a deficiência do suprimento de energia elétrica era tida até há pouco tempo como fator inibidor do seu processo de desenvolvimento econômico. No entanto, este cenário mudou. Primeiro, com a privatização da Empresa Energética do Estado (ENERSUL), que possibilitou o aporte de investimentos privados para o setor e, em segundo lugar, a construção do gasoduto Bolívia-Brasil. O gasoduto oferece uma fonte alternativa de geração de energia elétrica mediante a instalação de usinas termelétricas, as quais, além de ampliar a capacidade real de oferta de energia, diversificam a matriz energética estadual.

TABELA 25

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE EM MS ( Em MWH)						
Classes	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Residencial	986.432	991.960	1.010.545	1.049.408	1.175.683	1.260.023
Industrial	892.516	880.206	1.006.345	1.042.061	1.541.381	1.766.453
Comercial	626.699	644.013	663.222	692.069	753.616	820.864
Rural	347.370	354.637	371.611	362.747	395.199	415.987
Poder Público	156.974	164.606	180.857	183.804	199.959	203.050
Iluminação Pública	170.978	164.824	177.348	178.566	185.657	192.905
Serviços Públicos	159.660	158.932	162.372	156.514	153.741	155.587
Consumo Próprio	6.676	6.393	7.397	7.177	7.705	7.160
<b>Total</b>	<b>3.347.305</b>	<b>3.365.571</b>	<b>3.579.697</b>	<b>3.672.220</b>	<b>4.412.941</b>	<b>4.822.029</b>

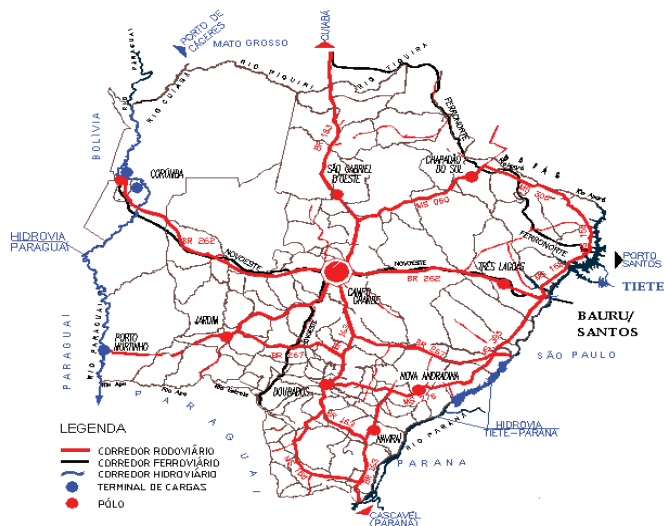
Fonte: Enersul, Elektro, Fibria, International Paper, BDE/MS

Com sua economia em estágio acelerado de crescimento, tendo nos últimos anos se expandido a uma taxa média 6,0% ao ano, no qual se destaca a expansão do setor industrial 6,70% ao ano, o que vem ampliando a demanda desse setor com consumo intensivo de energia, com destaque para indústrias da siderurgia, papel e celulose, sucroalcooleira e química, contribuindo para que o consumo de energia na área industrial no Estado tenha avançado consideravelmente a partir de 2005, passando de 892.516 Mwh para 1.766.453 Mwh em 2010, elevando a participação de consumo industrial que era de 26,7% em 2005 para 36,6% em 2010.

### Transportes

Mato Grosso do Sul possui duas particularidades que o torna extremamente dependente de um sistema de transportes eficiente, para o seu desenvolvimento: ser um Estado intercontinental, no centro do continente sul-americano, com os principais centros consumidores a uma distância média de 1000 km, e igualmente distantes dos portos com capacidade para exportação; e possuir um pequeno mercado consumidor (2,4 milhões de habitantes), que em qualquer fase de seu desenvolvimento, o faz um Estado exportador de bens e serviços. O frete para exportarmos o que produzimos tira a competitividade e o lucro dos nossos produtos, além de encarecer o que consumimos e não produzimos.

**MAPA 10 – MALHA RODOVIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL**



Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (2010)

Os elevados custos de nossos transportes, bem como em todo o país, tem origem no desequilíbrio na matriz de transportes, sendo o modal rodoviário, de maior custo tonelada/quilometro, responsável por aproximadamente 80% do transportes de cargas. O modal rodoviário deveria ser o responsável por abastecer os grandes eixos de transportes que escoam os produtos para longas distâncias. Os eixos corredores de escoamento deveriam ser em modais de custos menores (ferrovia, hidrovia e dutovia). Porém o desaparecimento e a inexistência destes modais de menores custos de transportes em nosso Estado geram distorções e o rodoviário assume funções de transportes de longa distância, onerando o preço dos produtos.

**Corredores do Etanol e Poliduto**

A Localização de Mato Grosso do Sul faz dele um corredor de escoamento da produção do Norte e Centro-Oeste para o Sul e Sudeste e um caminho mais curto para o transporte de insumos agropecuários e bens de consumo no sentido contrário.

**MAPA 12 CORREDORES DO ETANOL E POLIDUTO**



Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (2010)

A construção de dutos para levar etanol e biodiesel produzidos no Centro-Oeste e Norte do país desde Campo Grande e depois Rondonópolis e Cuiabá até o Porto de Paranaguá, encurtaria distâncias e tornaria mais competitiva a nossa bioenergia. Em sentido oposto, o custo de transporte dos derivados de petróleo, dos quais depende a agropecuária, seria reduzido.

**Receita Tributária**

As fontes de receita tributária do Estado estão centradas principalmente na arrecadação de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que representa aproximadamente 90,0% dos recursos. As demais fontes estão distribuídas entre Imposto de Renda (IR), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Impostos sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD), taxas pela prestação de serviços e taxas pelo exercício do poder de polícia.

**TABELA 26**

RECEITA TRIBUTÁRIA DE ICMS A PREÇOS CORRENTES – 1995 – 2010 (Em R\$ mil)							
Anos	Setores de Atividade Econômica						Total
	Comércio	Indústria	Pecuária	Agricultura	Serviços	Eventuais	
1995	285.414	36.690	108.065	75.921	46.331	14.094	566.515
2000	617.030	34.839	89.678	97.492	174.470	23.652	1.037.161
2005	1.461.422	98.368	241.654	196.721	391.485	70.457	2.460.107

2010	2.805.756	304.525	304.572	346.261	551.123	83.909	4.396.146
------	-----------	---------	---------	---------	---------	--------	-----------

Fonte: SEFAZ/MS

**8 - INDICADORES DO PPA**

MS Cidadão	
<b>Programa</b>	MS CIDADÃO – Assistência Jurídico na área civil e criminal
<b>Objetivo</b>	Atendimento gratuito jurídico judicial e extrajudicial ao cidadão hipossuficiente
<b>Indicador</b>	% de assistência jurídica
<b>Unidade de Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS CIDADÃO – Atenção Básica à Saúde
<b>Objetivo</b>	Implementar e fortalecer a rede básica, promovendo sua reorganização, de acordo com a estratégia de saúde da família, produzindo resultados que impactem sobre os principais indicadores de saúde e qualidade de vida da população.
<b>Indicador</b>	Percentual de atenção básica à saúde.
<b>Unidade de Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS CIDADÃO – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS
<b>Objetivo</b>	Garantir o acesso da população a medicamentos e aos insumos estratégicos.
<b>Indicador</b>	% de assistência farmacêutica % de assistência de insumos estratégicos
<b>Unidade de Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS CIDADÃO – Gestão da Política de Saúde
<b>Objetivo</b>	Implementar e fortalecer a gestão estadual do Sistema Único de Saúde.
<b>Indicador</b>	% de medidas efetivas de fortalecimento do SUS
<b>Unidade de Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS CIDADÃO – Atenção Especializada em Saúde
<b>Objetivo</b>	Garantir o acesso e promover o atendimento integral da população aos serviços prestados nas áreas de atenção especializada do SUS, de forma hierárquica e regionalizada, buscando a redução das desigualdades e a humanização do atendimento, promover os serviços de hemoterapia e hematologia no Estado.
<b>Indicador</b>	Índice de acesso integral da população nas áreas de atenção especializada do SUS
<b>Unidade de Medida</b>	/10.000
<b>Programa</b>	MS CIDADÃO – Vigilância em Saúde
<b>Objetivo</b>	Promover e proteger a saúde da população do Estado.
<b>Indicador</b>	Índice de Assistência dos casos de saúde pública.
<b>Unidade de Medida</b>	Unidade.
<b>Programa</b>	MS CIDADÃO – Cultura, Esporte e Lazer
<b>Objetivo</b>	Fomentar e desenvolver ações de integração da comunidade e da promoção da melhoria da qualidade de vida da população.
<b>Indicador</b>	Índice de satisfação da comunidade
<b>Unidade de Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS CIDADÃO – Educando para o Futuro
<b>Objetivo</b>	Transformar o ensino público com escola de qualidade e professor valorizado, formando jovens capacitados para o futuro.
<b>Indicador</b>	Percentual de alunos concluintes no Ens. Fundamental
<b>Unidade de Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS CIDADÃO – Trânsito Seguro
<b>Objetivo</b>	Promover ações que visem a melhoria do trânsito nos municípios, propiciando segurança, modernidade e fluidez de tráfego.
<b>Indicador</b>	Percentual de Redução relativa de acidentes de Trânsito
<b>Unidade de Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS CIDADÃO – Ensino Superior, Pesquisa e Desenvolvimento
<b>Objetivo</b>	Contribuir para o desenvolvimento da sociedade sul-mato-grossense, visando incrementar o ensino público superior gratuito, promovendo a formação de acadêmicos capacitados para fomentar a prosperidade da Ciência e Tecnologia do Estado.
<b>Indicador</b>	Taxa de desenvolvimento do serviço publico superior gratuito
<b>Unidade de Medida</b>	/1000
<b>Programa</b>	MS CIDADÃO – Casa da Gente
<b>Objetivo</b>	Desenvolver projetos habitacionais em áreas urbanas e rurais.
<b>Indicador</b>	Habitagens Construídas
<b>Unidade de Medida</b>	Unidade
<b>Programa</b>	MS CIDADÃO – Desenvolvimento Regional e Urbano
<b>Objetivo</b>	Coordenar e implantar programas de modernização urbana.
<b>Indicador</b>	Índice de acompanhamento e execução das ações do Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano
<b>Unidade de Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS CIDADÃO – Investimentos na Rede de Serviços de Saúde
<b>Objetivo</b>	Estruturar a rede de serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde no Estado de Mato Grosso do Sul.

<b>Indicador</b>	Índice de estruturação dos Serviços de Saúde no âmbito do SUS no MS
<b>Unidade Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS CIDADÃO – Inclusão Social
<b>Objetivo</b>	Desenvolver e manter programas sociais e criar novas oportunidades para as famílias.
<b>Indicador</b>	Índice de inclusão social
<b>Unidade Medida</b>	%
MS Gestão	
<b>Programa</b>	MS GESTÃO – Regulação e Fiscalização dos Serviços Públicos
<b>Objetivo</b>	Garantir a eficiência, a qualidade e o bom atendimento à população nos serviços públicos concedidos, permissionados, autorizados e delegados.
<b>Indicador</b>	Índice de satisfação dos usuários, da concessionária e do governo
<b>Unidade Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS GESTÃO – Comunicação
<b>Objetivo</b>	Planejar, coordenar e executar atividades de comunicação junto às unidades da Administração direta e indireta do Estado, visando à transparência das ações de governo.
<b>Indicador</b>	Índice de Modernização dos meios de Comunicação Social no âmbito governamental
<b>Unidade Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS GESTÃO – Fortalecimento da Gestão e do Planejamento
<b>Objetivo</b>	Implementar as políticas de gestão pública, planejamento, orçamento e auditoria.
<b>Indicador</b>	Índice de Modernização
<b>Unidade Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS GESTÃO – Representação Judicial e Extrajudicial do Estado
<b>Objetivo</b>	Defesa dos direitos e interesses do Estado na área administrativa, judicial e extrajudicial; consultoria jurídica dos órgãos da administração direta e indireta e a colaboração com o governador no controle da legalidade dos atos praticados pelo poder executivo.
<b>Indicador</b>	Percentual processos analisados em relação ao protocolo
<b>Unidade Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS GESTÃO – Aprimoramento Profissional dos Procuradores de Estado e Apoio às Atividades da PGE
<b>Objetivo</b>	Promover recursos para o aprimoramento dos procuradores de Estado e apoio às atividades da PGE.
<b>Indicador</b>	Capacitação de Procuradores
<b>Unidade Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS GESTÃO – Previdência
<b>Objetivo</b>	Administrar a concessão dos benefícios previdenciários fundamentados nos princípios do direito.
<b>Indicador</b>	Grau de eficiência na concessão de benefícios previdenciários.
<b>Unidade Medida</b>	%
MS Competitivo	
<b>Programa</b>	MS COMPETITIVO – Indústria, Comércio e Serviços
<b>Objetivo</b>	Fomentar o desenvolvimento das atividades de indústria, comércio e serviços.
<b>Indicador</b>	Índice de crescimento dos setores produtivos
<b>Unidade Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS COMPETITIVO – Adensamento de Cadeias Produtivas e Diversificação da Base Econômica
<b>Objetivo</b>	Ampliar e consolidar a conquista de novos mercados e fomentar a produção.
<b>Indicador</b>	Índice de novos produtos
<b>Unidade Medida</b>	/100
<b>Programa</b>	MS COMPETITIVO – Recursos Minerais
<b>Objetivo</b>	Propiciar ao Estado competitividade nos empreendimentos minerais.
<b>Indicador</b>	Percentual de arrecadação da CFEM (Lei Nº 8.876/94, art. 3º - inciso IX). Percentual de Aumento de royalties (água, petróleo)
<b>Unidade Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS COMPETITIVO – Infraestrutura
<b>Objetivo</b>	Desenvolver a infraestrutura de transporte e logística do Estado.
<b>Indicador</b>	Índice de Modernização da Infraestrutura
<b>Unidade Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS COMPETITIVO – Turismo
<b>Objetivo</b>	Fortalecer o turismo em Mato Grosso do Sul, com a atração de novos investimentos e desenvolvimento da infraestrutura.
<b>Indicador</b>	Número de fluxo de turistas em MS
<b>Unidade Medida</b>	Incremento do fluxo de turistas em MS
<b>Unidade Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS COMPETITIVO – Desenvolvimento Agrário
<b>Objetivo</b>	Fomentar e apoiar as ações de desenvolvimento agrário.
<b>Indicador</b>	Quantidade de hectares de terras devolutas regularizadas
<b>Unidade Medida</b>	Hectares
<b>Programa</b>	MS COMPETITIVO – Geração de Emprego

<b>Objetivo</b>	Implementar ações de governo para valorizar a capacidade de trabalho e produzir.
<b>Indicador</b>	Inserção e reinserção de trabalhadores no mercado de trabalho
<b>Unidade Medida</b>	Pessoas
<b>Programa</b>	MS COMPETITIVO – Segurança e Defesa Social
<b>Objetivo</b>	Ação firme de segurança pública e de defesa civil, protegendo a vida, a propriedade, a liberdade, a igualdade e o meio ambiente contra a criminalidade e a violência.
<b>Indicador</b>	Índice de ocorrências policiais
<b>Unidade Medida</b>	Percentual de atendimento
<b>Unidade Medida</b>	/100000
<b>Programa</b>	MS COMPETITIVO – Biocombustível
<b>Objetivo</b>	Ampliar a base econômica e a fonte de energia renovável em Mato Grosso do Sul.
<b>Indicador</b>	Percentual de Aumento de energia de fonte renovável em MS
<b>Unidade Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS COMPETITIVO – Região de Fronteira
<b>Objetivo</b>	Diversificar e dinamizar a base produtiva com vistas a superar as tensões sociais e econômicas da região de fronteira do Estado de MS.
<b>Indicador</b>	Nível de Redução das disparidades da região de fronteira
<b>Unidade Medida</b>	IRS riqueza
<b>Programa</b>	MS COMPETITIVO – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento e Soberania
<b>Objetivo</b>	Efetivar a gestão das políticas de ciência e tecnologia, tendo como finalidade o amparo ao ensino e incentivo à pesquisa científica e tecnológica relevante ao desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado.
<b>Indicador</b>	Índice de implantações das ações de apoio ao desenvolvimento da FUNDECT
<b>Unidade Medida</b>	%
<b>Programa</b>	MS COMPETITIVO – Energia
<b>Objetivo</b>	Transformar o Estado em polo gerador, distribuidor e exportador de energia para o Brasil.
<b>Indicador</b>	Percentual da expansão de distribuição de gás natural
<b>Unidade Medida</b>	%
MS Fiscal	
<b>Programa</b>	MS FISCAL – Eficiência da Gestão Fiscal
<b>Objetivo</b>	Controlar e gerenciar todas as receitas do Estado, a dívida pública, os repasses financeiros aos órgãos da administração direta e indireta; executar a contabilidade geral; apurar o índice de participação dos municípios; gerir a tributação, fiscalização e arrecadação de tributos em todas as suas fases; promover a educação fiscal.
<b>Indicador</b>	Grau de eficiência na política fiscal
<b>Unidade Medida</b>	%
MS Sustentável	
<b>Programa</b>	MS SUSTENTÁVEL – Saneamento Ambiental, Urbano e Rural - PROSANEAR
<b>Objetivo</b>	Promover atendimento à população com saneamento básico.
<b>Indicador</b>	Ligações de água /Ligações de esgoto
<b>Unidade Medida</b>	Unidade
<b>Programa</b>	MS SUSTENTÁVEL – Meio Ambiente e Recursos Hídricos
<b>Objetivo</b>	Coordenar e executar a política de meio ambiente e recursos hídricos em todo o território de Mato Grosso do Sul.
<b>Indicador</b>	Índice de acompanhamento e execução das ações da Política do Meio Ambiente e recursos Hídricos em MS
<b>Unidade Medida</b>	%

## 9 – FONTES DE FINANCIAMENTO DO PPA 2012/2015

### FONTES DE FINANCIAMENTO DO PPA-2012-2015 (em R\$ 1,00)

	RECEITA	2014	2015	TOTAL
Tributária		7.420.339.200	8.236.576.500	15.656.915.700
Operações De Crédito		511.246.000	8.662.000	519.908.000
Outras Receitas		4.614.695.300	5.350.449.300	9.965.144.600
<b>Total</b>		<b>12.546.280.500</b>	<b>13.595.687.800</b>	<b>26.141.968.300</b>

## 10. DETALHAMENTO DOS PROJETOS E ATIVIDADES

O PPA 2012/2015 consolidado em conformidade com as normas vigentes, especialmente para o atendimento da estrutura orçamentária, detalha os projetos e atividades a serem executados durante o período da sua vigência mediante a classificação de Órgão, Unidade Orçamentária, Função, Subfunção e Programas, incluídas ainda as Operações Especiais e a Reserva de Contingência, conforme apresentado nos quadros anexos a seguir: